

Nº174 | abril 2024 | mensal  
www.portugalglobal.pt



aicep Portugal Global  
Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

# Portugalglobal



## 50 ANOS DO 25 DE ABRIL SOCIEDADE ABERTA E ECONOMIA ABERTA

ENTREVISTA // **JOÃO AMADOR**, ECONOMISTA NO BANCO  
DE PORTUGAL E PROFESSOR NA NOVA SBE

MERCADO // **UNIÃO EUROPEIA**

EMPRESA // **GRUPO YELCO**

---

# Na aicep Global Parques gerimos os nossos parques, focados num planeta mais sustentável para todos

Somos especialistas em gestão de parques empresariais e em localização de investimento. Abraçamos a responsabilidade de garantir um desenvolvimento sustentável, nas vertentes ambiental, económica e social nas regiões onde se inserem os parques sob nossa gestão

**CONTACTE-NOS E AGENDE  
UMA VISITA AOS NOSSOS PARQUES**

---

[www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)

---

[info@globalparques.pt](mailto:info@globalparques.pt)

---

+351 213 827 750

aicep Global Parques





## Destaque [6]

A Revolução de Abril de 1974 deu início a um regime democrático em Portugal, trouxe o voto universal, o fim da censura, o serviço nacional de saúde ou o direito à educação pública. Portugal era outro país há 50 anos. O setor primário e a indústria representavam 38,5 por cento do valor acrescentado bruto (VAB) da economia portuguesa, uma percentagem que, 50 anos depois, diminuiu para metade. Em 2021, durante a pandemia, os serviços já valiam mais de 75 por cento. E se a abertura de uma economia se pode medir pelo volume das exportações e importações, então os dados do comércio internacional não deixam dúvidas. As exportações ultrapassaram os 50 por cento do PIB em 2022 – eram 20,4 por cento em 1974. Portugal é hoje o 6º país mais atrativo para investir na Europa.

Nesta edição, três economistas – Ricardo Reis, João Amador e Fernando Alexandre – analisam os anos conturbados pós-Revolução, a abertura ao exterior após a entrada na CEE ou os desafios que a economia enfrenta atualmente. E falamos também do que mudou para as mulheres e da sua chegada a cargos de liderança, ou de um setor cultural que, liberto da censura, também atravessou fronteiras.

## Entrevista [24]

"A entrada na CEE ancorou a jovem democracia portuguesa a algo sólido", recorda João Amador, economista do banco de Portugal e professor da Nova SBE. O 25 de Abril de 1974 permitiu também a criação de um Estado social semelhante ao de outros países da Europa. Passados 50 anos, Portugal terá de continuar a ser um destino atrativo para o investimento direto estrangeiro e as empresas devem estar preparadas para transições rápidas.

## Mercado [34]

Com a adesão à União Europeia, em 1986, a economia portuguesa começou a crescer. E com a criação do Mercado Único Europeu, já em 1993, Portugal fortaleceu as suas relações comerciais, especialmente com Espanha, França e Alemanha. Esta evolução contribuiu para a modernização do país e colocou Portugal num caminho de desenvolvimento sustentável alinhado com as transições ecológica e digital da UE. Hoje, mais de 70 por cento das exportações portuguesas são para a UE.

## Empresas [38]

Grupo Yelco.

## Factos & Tendências [42]

## Notícias [44]

Tabela classificativa de países – COSEC [46]

Bookmarks [47]





**aicep Portugal Global**  
Agência para o Investimento  
e Comércio Externo de Portugal

## Sociedade aberta e economia aberta



O advento da democracia liberal em Portugal, após a estabilização da mudança de regime iniciada há 50 anos, permitiu a Portugal uma participação plena na cena

internacional, durante a Guerra Fria integrado no espaço político e económico do Mundo Ocidental e, desde então, como um país inequivocamente atlântico e europeu, mas também cada vez mais parte da globalização.

Meio século passado até à nossa atual sociedade e economia abertas, é tempo de pensar no caminho percorrido, no futuro, nos desafios que hoje as pessoas e as empresas têm pela frente.

Esse caminho político e económico foi marcado pela adesão de Portugal à então CEE – Comunidade Económica Europeia em 1986, apenas 10 anos após a consolidação democrática trazida pelas primeiras eleições legislativas para a Assembleia da República, em 25 de abril de 1976. Portugal é agora antes de mais um país da União Europeia, mas que abre a sua economia a parceiros de todo os cantos do globo.

Hoje Portugal soma investimento nacional à atração de investimento direto estrangeiro produtivo, não só europeu mas de todo o mundo. Investimentos que permitem o crescimento da sua economia pelo aumento e qualificação das

exportações de bens e serviços. Hoje Portugal é um país atrativo para investimentos intensivos em capital e tecnologia, pela sua exemplar inserção no espaço europeu e na economia global, conjugada com características tão distintas como a segurança pública e a certeza jurídica, ou a qualidade de vida, a excelência do seu talento, as suas infraestruturas e utilidades.

Portugal projeta-se como uma referência europeia da dupla transição energética e digital, destino de investimentos em indústria limpa, descarbonizada, circular, em novas tecnologias e na economia dos dados. Como um Portugal Sustentável.

Nesta edição da Portugalglobal três distintos economistas – Ricardo Reis, João Amador e Fernando Alexandre – abordam o período de transição que se seguiu ao 25 de abril, a importância da entrada na CEE e o que isso mudou Portugal. Dos primeiros passos de uma democracia à procura do equilíbrio, nos anos 70, marcados pelo contexto externo de uma crise petrolífera e o interno de uma adaptação brusca, passou-se para uma integração europeia que, como refere o economista João Amador, ancorou a jovem democracia portuguesa a algo sólido.

Boa leitura!

**FILIPE SANTOS COSTA**

Presidente do Conselho de Administração da AICEP

Revista **Portugalglobal**  
www.portugalglobal.pt  
Mensal

### Redação e Publicidade

Rua de Entrecampos, 28,  
Bloco B, 8º andar  
1700-158 Lisboa  
Tel.: +351 217 909 500

### Propriedade

AICEP – Agência para o  
Investimento e Comércio  
Externo de Portugal  
Rua Júlio Dinis, 748, 8º Dto  
4050-012 Porto  
Tel.: +351 226 055 300  
NIFiscal 506 320 120

### Edição

AICEP – Agência para o  
Investimento e Comércio  
Externo de Portugal  
Rua Júlio Dinis, 748, 9º Dto  
4050-012 Porto  
Tel.: +351 226 055 300  
NIFiscal 506 320 120

ERC: Registo nº 125362

### Conselho de Administração

Filipe Santos Costa (presidente)  
Cristina Pucarinho  
Isabel Tenreiro  
João Noronha Leal  
Luís Rebelo de Sousa (vogais)

### Diretora

Olga Benquerença  
olga.benquerenca@portugalglobal.pt

### Redação

Isabel Gorjão  
isabel.gorjao@portugalglobal.pt  
Catarina Santos  
catarina.santos@portugalglobal.pt  
Rafaela Pedroso  
rafaela.pedroso@portugalglobal.pt

### Fotografia e ilustração

©Pixabay, ©Unsplash,  
©Freepik, ©Shutterstock,  
Joana Morgado, Rodrigo Marques,  
©AICEP-2024.

### Paginação e programação

Rodrigo Marques  
rodrigo.marques@portugalglobal.pt  
Joana Morgado  
joana.morgado@portugalglobal.pt

### Projeto gráfico

Rodrigo Marques  
rodrigo.marques@portugalglobal.pt

### Publicidade e secretariado

Cristina Santos  
cristina.santos@portugalglobal.pt

### Colaboram neste número

Andrea Valente,  
Cristina Góis Amorim,  
Diana Mendes,  
Direção Comercial da AICEP,  
Direção de Informação da AICEP,  
Direção Internacional da COSEC,  
João Manuel Santos.

Consulte o **Estatuto Editorial**

TRADE FINANCE

# + uma razão para não ficar a ver navios



Fomos distinguidos pela Euromoney Magazine na categoria **Country Market Leader** e na categoria de **Country Best Service** em Trade Finance.

Se procura o parceiro certo para o processo de exportação ou importação da sua empresa, tem boas razões para escolher o Millennium. **Venha falar connosco.**

Prémio Euromoney Trade Finance Survey 2024, da Euromoney Magazine, nas categorias "Country Market Leader" e "Country Best Service". Estes Prémios são da exclusiva responsabilidade da entidade que os atribuiu.

Saiba mais em [millenniumbcp.pt](http://millenniumbcp.pt)  
Banco Comercial Português, S.A.

**Millennium**  
bcp Empresas  
aqui consigo



# 50 anos do 25 de Abril

Como a economia portuguesa  
evoluiu em democracia

A Revolução de Abril de 1974 deu início a um regime democrático em Portugal, trouxe o voto universal, o fim da censura, o serviço nacional de saúde ou o direito à educação pública. O "orgulhosamente sós" do Estado Novo, com uma economia voltada para dentro e centrada na agricultura e em alguns polos industriais, deu lugar a uma economia aberta, integrada na Europa, com talento e qualificações. Foi um caminho feito de conquistas e de várias crises. Faz este mês 50 anos que a grande transformação começou.



## 1974 – 2024

### A economia portuguesa nos últimos 50 anos

1972



Celebrados, em Bruxelas, um Acordo Comercial entre Portugal e a CEE sobre produtos industriais, e um Acordo Comercial entre os Estados-membros da CECA e Portugal sobre produtos siderúrgicos.

1973



Primeira crise dos preços do petróleo. Em outubro de 1973, os países árabes exportadores de petróleo proclamaram um embargo às nações aliadas de Israel na Guerra do Yom Kipur. Portugal, por ter permitido o uso da base das Lajes durante a guerra, foi um dos países diretamente afetados.

1974



25 de abril: A Revolução dos Cravos põe fim a 48 anos de ditadura.

1975



Independência das colónias em África: Guiné-Bissau (10 de setembro de 1974, proclamada unilateralmente em 24 de setembro de 1973), Moçambique (25 de junho), Cabo Verde (5 de julho), São Tomé e Príncipe (12 de julho), e Angola (11 de novembro).

Nacionalização dos bancos e maiores grupos empresariais.

1979



Segunda crise do petróleo e primeira intervenção do Fundo Monetário Internacional.

1983



Segunda intervenção do FMI.

Portugal era outro país nas vésperas da Revolução de Abril. O setor primário e a indústria representavam 38,5 por cento do valor acrescentado bruto (VAB) da economia portuguesa, uma percentagem que, 50 anos depois, diminuiu quase para metade. Em 2021, durante a pandemia, os serviços já valiam mais de 75 por cento. E se a abertura de uma economia se pode medir pelo volume das exportações e importações, então os dados do comércio internacional não deixam dúvidas sobre esta profunda transformação.

As exportações ultrapassaram os 50 por cento do PIB em 2022 – eram 20,4 por cento em 1974 – e são um pilar do desenvolvimento económico. Portugal é hoje o 6º país mais atrativo para investir na Europa, segundo o índice de atratividade da consultora EY e o *stock* de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) aumentou mais de 60 por cento nos últimos 10 anos. O que levou a esta mudança? Quem tem acompanhado a evolução da economia portuguesa aponta várias razões, mas a transformação tecnológica e o aumento das qualificações estão sempre nessa lista.

Boa parte da mudança assenta na formação e no talento. Nos anos que se seguiram à transição para a democra-

cia, Portugal deixou de ser o país em que uma em cada quatro pessoas não sabia ler nem escrever. Aos poucos, e ao longo de cinco décadas, a percentagem da população com ensino superior aumentou de 2,1 por cento, em 1981, para 19,8 por cento, nos Censos de 2021. E em 40 anos, de 1970 a 2010, o número de alunos matriculados no ensino superior multiplicou por dez, de 38,4 mil para 384,8 mil.

Um recuo de 30 anos, até 1994, traz ainda outra explicação para o desenvolvimento económico: o facto de as qualificações terem aumentado significativamente nas áreas de maior inovação. Dos 2.060 diplomados nas áreas das Ciências, Matemática e Informática e 4585 em Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção, em 1994, passou-se para 7.874 e 17.274, respetivamente, em 2022. Ou seja, o número de alunos que todos os anos terminam cursos nestas áreas mais do que triplicou nos últimos 30 anos.

Faltava formação e qualificação, em 1974, mas não faltava pressão internacional para que Portugal pusesse fim à guerra colonial e a um dos últimos impérios coloniais europeus. Também por isso, o cenário económico era muito diferente, o esforço de

guerra representava cerca de 21 por cento do Orçamento do Estado e, no final da década de 1960, aproximadamente 10 por cento do PIB. Angola, Guiné-Bissau e Moçambique tinham também um peso levado nas trocas comerciais – 15 por cento das exportações e 10 por cento das importações de Lisboa.

## A instabilidade económica dos primeiros anos

Os anos que se seguiram à Revolução foram de instabilidade económica, marcados pela incerteza política e um contexto internacional conturbado. O choque petrolífero de 1973 levou a uma queda abrupta do investimento, e em 1974 a inflação atingiu os 26,2 por cento, segundo dados do INE. Só três anos depois, em 1978, algumas políticas de estabilização, a intervenção do Fundo Monetário Internacional e uma maior estabilidade política viriam a dar início a um período de crescimento. Até que o segundo choque petrolífero, em 1979, causou uma nova desaceleração do crescimento, que na primeira metade da década de 80 foi também marcada por uma inflação elevada e taxas de desemprego de dois dígitos.

1986



Adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), precursora da União Europeia. Começa um processo de modernização económica apoiado por fundos estruturais europeus.

1989



Queda do Muro de Berlim. Revisão da Constituição que torna possível reverter as nacionalizações de 1975. Estabelecimento da Continental Mabor em Famalicão.

Anos 90



Uma década de crescimento económico e convergência com a UE, impulsionada pela liberalização da economia e investimentos significativos em infraestruturas.

1991



Assinatura do investimento da Autoeuropa em Palmela, que se tornou um pilar da economia portuguesa e o principal exportador português.

1992



Tratado de Maastricht e criação da União Económica e Monetária.

1998



Expo'98 em Lisboa. A exposição mundial promoveu a imagem de Portugal internacionalmente, atraiu investimentos e desenvolveu a região de Lisboa.

As mudanças que a Revolução de Abril de 1974 trouxe às estruturas políticas, sociais e económicas foram profundas. A despesa pública aumentou, foram admitidos cerca de 80 mil funcionários públicos, sobretudo vindos das ex-colónias, o défice público aumentou e a inflação disparou para 37 por cento nesse ano. Foi instituído o salário mínimo nacional e prestações sociais. O Estado interveio em várias empresas, quase toda a banca e seguros foram nacionalizados, tais como unidades fabris e outras empresas, recorda o estudo “Crises na Economia Portuguesa”, coordenado pelo economista Ricardo Reis, professor da London School of Economics, para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Passaram para o controlo do Estado dezenas de bancos e seguradoras e muitas empresas que se destacavam em vários setores.

Para além da instabilidade política e monetária, este período foi marcado por um choque demográfico, adianta o estudo. “A emigração, que tinha sido uma constante da década anterior, subitamente parou. Em 1974 e 1975, militares e civis das ex-colónias foram transportados para Portugal, na sequência do processo de descolonização. A integração de toda esta população no setor produtivo não foi



fácil, sobretudo tendo em conta a instabilidade no setor empresarial.”

### Ver Portugal na CEE

No início da década de 1980 foram adotadas políticas de estabilização para preparar Portugal para a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE). O Tratado de Adesão seria assinado a 12 junho de 1985, o país seria oficialmente membro da CEE a 1 de janeiro de 1986, o que abriria um novo ciclo para a economia portuguesa. Um período de crescimento depois de, em 1984, a inflação ter chegado a atingir os 28,5 por cento, segundo

dados do INE, o desemprego ter ultrapassado os 10 por cento e o PIB ter diminuído 0,7 por cento.

A abertura da economia portuguesa ao exterior após a adesão à Comunidade Económica Europeia favoreceu também a importação de tecnologias, de práticas usadas nos países mais desenvolvidos, e sobretudo permitiu o acesso a mercados europeus. O novo ciclo, que se prolongaria até 1993, seria de liberalização das trocas comerciais comunitárias, de captação de investimento externo e de entrada de fundos estruturais destinados à convergência com os outros Estados-

1999



Adesão ao euro (a circulação começou em 2002).

2001-2002



Crise Económica e Financeira, influenciada pelo estouro da bolha das dot-com e por políticas fiscais mais austeras, resultando numa recessão económica.

2004



Euro 2004. A realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal teve um impacto económico positivo, com investimentos em infraestruturas e aumento do turismo.

A entrada da Huawei em Portugal é um marco para investimentos tecnológicos no país.

2008



Crise Financeira Global e Crise da Dívida Soberana, levando Portugal a solicitar ajuda financeira em 2011.

2011-2014



Programa de Assistência Económica e Financeira: Acordo com a troika, composta pela Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional e Banco Central Europeu, que levou à aplicação de diversas medidas de austeridade.

2012



Entrada em Portugal da Embraer (aeronáutica) e investimento numa nova fábrica da Hikma (farmacêutica) em Portugal, sinalizando um aumento no investimento estrangeiro.

-membros. A inflação desce para cerca de 6,8 por cento, o desemprego baixa para 5,5 por cento. As empresas tornaram-se mais competitivas e, também elas, mais alinhadas com o desempenho europeu. Tornaram-se mais capazes de produzir bens e serviços de maior qualidade.

A trajetória de crescimento que se verificara de 1986 a 1993 é interrompida pela “crise que veio de fora”. O eclodir da primeira Guerra do Golfo faz aumentar os preços do petróleo, a intervenção liderada pelos Estados Unidos também faz a economia norte-americana entrar em recessão, e na Europa ainda se sentem os custos da reunificação alemã após o colapso dos regimes do Bloco de Leste e a queda do Muro de Berlim, em 1989. Alemanha e Espanha, ambos em recessão, são os principais parceiros comerciais de Portugal.

A assinatura do Tratado de Maastricht, em 1992, institui a União Europeia e abre caminho a uma maior integração e à criação de moeda única até ao final da década. Com a adesão ao euro, em 1999 – a moeda entraria em circulação mais tarde, a 1 de janeiro de 2002 – Portugal perdeu a possibilidade de recorrer à taxa de câmbio como fator de competitividade e ficou sujeito às regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento que limitavam o défice orçamental a 3 por cento do

PIB. Desta forma, Portugal aumentou a convergência em relação aos outros países da União Europeia e, aos poucos, a economia portuguesa deixou de se caracterizar pelos baixos salários e baixas qualificações.

## O impulso das multinacionais e do IDE

O Investimento Direto Estrangeiro foi fundamental para o crescimento da economia portuguesa e a sua integração nas cadeias globais de valor, como refere o estudo “Do made in ao created in: Um novo paradigma para a economia portuguesa”, coordenado pelo economista Fernando Alexandre para a Fundação Francisco Manuel dos Santos. “*Os investimentos da Renault nos anos 80, e da Autoeuropa/Volkswagen nos anos 90, foram determinantes para o desenvolvimento de setores como equipamentos de transporte, metais básicos e metal manufaturado ou borracha e plásticos, contribuindo para a mudança estrutural da economia e a sua ascensão na cadeia de valor. A Inditex foi crucial para a modernização do setor de têxteis, vestuário, couro e produtos relacionados. A Ikea tornou-se um exportador líquido devido ao desenvolvimento de uma forte rede de fornecedores nacionais*”.

Se os anos após o 25 de Abril de 1974 foram de instabilidade e, portanto, de

um contexto pouco atrativo para o Investimento Direto Estrangeiro, com a adesão à CEE tudo mudou e o investimento estrangeiro cresceu rapidamente. E isso acontece a par de um grande aumento das exportações em resultado de uma nova relação comercial com Espanha e da eliminação de barreiras entre os dois países que, no mesmo dia, se juntaram à CEE.

Os 15 anos que se seguiram à adesão de Portugal à União Europeia foram de rápido crescimento e convergência com os outros Estados-membros, um crescimento que, no entanto, viria a abrandar a partir do ano 2000 e depois com a crise financeira internacional de 2008, a crise da dívida soberana e, mais tarde, a crise pandémica causada pela Covid-19. A atividade económica desestabilizou e acabou por registar uma forte contração em 2020.

O que aconteceu nesses anos é ainda passado recente. A intervenção da troika composta pelo Fundo Monetário, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, em 2011. Os confinamentos menos de uma década depois. Os sorrisos tapados por máscaras. As empresas a reinventarem-se. E uma vez mais o olhar para fora, levar para fora o que de melhor se faz, trazer de fora investimento que agora volta a bater recordes. ●

2013



Parceria entre o Grupo Bosch e a Universidade do Minho, um exemplo de colaboração entre indústria e universidade.

2016



Realiza-se pela primeira vez em Portugal a Web Summit, que reforça o reconhecimento de Portugal como centro de inovação tecnológica.

2019



Primeiro Excedente Orçamental em democracia.

2020-2021



Pandemia causada pela Covid-19 teve impacto em vários setores.

2021



Recorde de Investimento Contratualizado de 2,7 mil milhões de euros, um sinal de confiança na economia portuguesa.

2022



As exportações atingem 50 por cento do PIB e o país acolhe um número recorde de investimentos (248 projetos). Portugal atingiu o 6.º lugar dos principais destinos de investimento na Europa.

CA NEGÓCIO INTERNACIONAL

# A sua empresa, sem fronteiras

Se pretende expandir o seu negócio além fronteiras,  
o CA é o seu parceiro de confiança na conquista de novos mercados.



PUBLICIDADE 01/2022



Para mais informações:

[creditoagricola.pt](http://creditoagricola.pt) | [f](#) [@](#) [v](#) [in](#)

 **CA**  
Crédito Agrícola



# Os números de uma economia mais aberta, atrativa e tecnológica

Um crescimento acentuado do PIB, uma maior abertura ao exterior, a maior concentração nos serviços e nos bens de média-alta e alta tecnologia. Após o 25 de Abril de 1974, e ao longo dos 50 anos de democracia, a economia portuguesa sofreu uma transformação profunda, que os dados permitem quantificar.

O PIB registou uma subida de 2,3 mil milhões de euros em 1974 para 265,7 mil milhões de euros em 2023, resultado da transição de uma economia fechada e sobretudo agrícola para uma economia muito mais aberta e voltada para os serviços. Os crescimentos foram particularmente significativos nos anos 70 e 80, sobretudo entre 1977 (crescimento de 3 por cento) e 1980 (6,8 por cento), e logo após a entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1986. No ano seguinte, 1987, o crescimento foi de 6,8 por cento e manteve-se elevado até 1990, quase sempre acima dos 6 por cento.

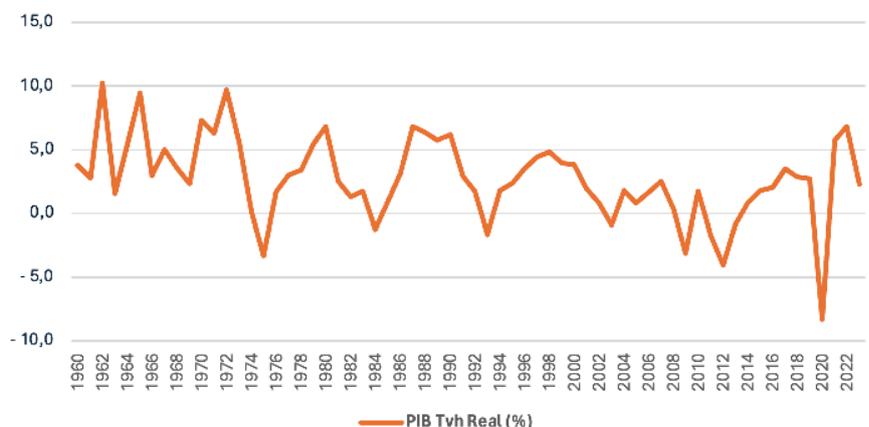
Já no final da década de 1990, após a criação do Mercado Único, a economia portuguesa voltaria a crescer acima dos 3 por cento, entre 1996 e 2000, tendo os anos de crescimento mais significativo sido 1997 (4,4 por cento) e o ano em que Portugal organizou a Exposição Mundial em Lisboa, a Expo'98 (4,8 por cento).

Um crescimento acima dos 3 por cento só voltaria a registar-se quase duas décadas depois, em 2017 (3,5 por cento), já após a crise financeira mundial de 2008 e a crise da dívida soberana de 2011 a 2013. São estes, aliás, os momentos em que há uma maior diminuição do PIB, comparan-

do com o ano anterior (-3,1 por cento em 2009 e -4,7 por cento em 2011). Depois disso, só a pandemia da Covid-19 viria a causar, em 2020, uma diminuição enorme do PIB: -8,3 por

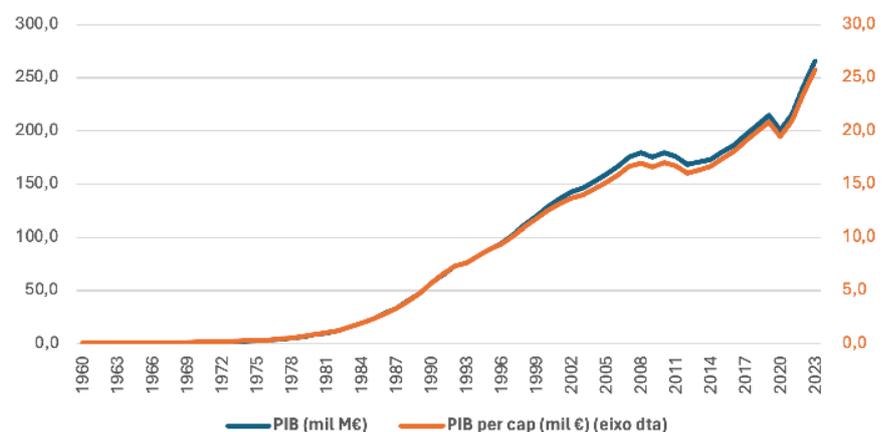
cento. Foi a maior crise que o país enfrentou desde a II Guerra Mundial. A recuperação acabou por chegar logo em 2021 e 2022 com crescimentos de 5,7 e 6,8 por cento, respetivamente.

CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)



Fonte: INE

EVOLUÇÃO DO PIB E DO PIB PER CAPITA (NOMINAL)



Fonte: INE

EVOLUÇÃO DO PIB E PIB <i>PER CAPITA</i>		PIB (mil M€)	PIB per capita (mil €) (eixo dta)	PIB Tvh Real (%)
Revolução 25 Abril	1974	2,3	0,3	0,1
Choque Petrolífero, PREC, Descolonização	1975	2,6	0,3	-3,3
	1976	3,2	0,3	1,7
	1977	4,1	0,4	3,0
	1978	5,0	0,5	3,4
	1979	6,4	0,7	5,4
	1980	8,4	0,9	6,8
	1981	10,1	1,0	2,5
	1982	12,1	1,2	1,3
	1983	15,4	1,6	1,7
	1984	18,9	1,9	-1,3
Adesão à CEE/EU	1985	23,2	2,3	0,9
	1986	28,3	2,8	3,1
	1987	33,5	3,3	6,8
	1988	40,0	4,0	6,4
	1989	47,2	4,7	5,7
	1990	56,7	5,7	6,2
	1991	65,0	6,5	2,9
Mercado Único	1992	73,0	7,3	1,7
	1993	76,1	7,6	-1,7
	1994	82,5	8,3	1,8
	1995	89,0	8,9	2,4
	1996	94,4	9,4	3,5
	1997	102,3	10,1	4,4
	1998	111,4	11,0	4,8
	1999	119,6	11,7	3,9
	2000	128,4	12,5	3,8
	2001	135,8	13,1	1,9
	2002	142,6	13,7	0,8
	2003	146,1	14,0	-0,9
Alargamento UE a Europa de Leste	2004	152,2	14,5	1,8
	2005	158,6	15,1	0,8
	2006	166,3	15,8	1,6
	2007	175,5	16,6	2,5
Crise Financeira Mundial	2008	179,1	17,0	0,3
	2009	175,4	16,6	-3,1
Crise da Dívida Soberana	2010	179,6	17,0	1,7
	2011	176,1	16,7	-1,7
	2012	168,3	16,0	-4,1
	2013	170,5	16,3	-0,9
	2014	173,1	16,6	0,8
	2015	179,7	17,4	1,8
	2016	186,5	18,1	2,0
	2017	195,9	19,0	3,5
Pandemia Covid-19	2018	205,2	20,0	2,8
	2019	214,4	20,8	2,7
Guerra da Ucrânia	2020	200,5	19,5	-8,3
	2021	216,1	21,0	5,7
	2022	242,3	23,5	6,8
	2023	265,7	25,8	2,3



Outra grande mudança da economia portuguesa após a transição para a democracia, e sobretudo após a adesão à Comunidade Económica Europeia, foi a abertura económica ao exterior. Se em 1974 as exportações representavam 19,8 por cento do PIB – e era sensivelmente essa a percentagem desde meados da década de 1960, a oscilar entre os 18,6 e os 20 por cento entre 1964 e 1974 –, após a adesão à CEE essa percentagem aumentou para 27 por cento do PIB, logo em 1986, e continuaria a aumentar até 2022, quando as exportações atingiram os 50 por cento do PIB.

Houve oscilações, claro. A primeira logo após a Revolução de Abril, quando a crise petrolífera, a instabilidade interna e o processo de descolonização fizeram as exportações situar-se entre os 12,9 por cento (1976) e os 15,9 por cento do PIB, para depois voltarem a ultrapassar a barreira do

20 por cento em 1979. De 1984 a 1990 essa percentagem manter-se-ia sempre acima dos 27 por cento, ou até acima dos 29 por cento em 1985, à beira da adesão, e 29,5 por cento em 1989. A partir de meados dos anos 2000 subiria para mais de 30 por cento e em 2014, ultrapassada a crise da dívida soberana, para mais de 40 por cento, até ao marco dos 50 por cento em 2022.

O que isso significa, em termos do valor nominal das exportações, é que de 500 milhões de euros, em 1974, o país passou a exportar 7.600 milhões pouco mais de uma década depois – em 1986, ano da adesão à CEE –, entre 11.000 milhões e 20.000 milhões de 1988 a 1994 e depois entre 23.000 milhões e 40.000 milhões de 1995 a 2003. Na década seguinte o crescimento das exportações foi contínuo, com ligeira descida em 2009. A barreira dos 80.000 milhões de euros

seria ultrapassada em 2017 e a dos 120.000 milhões em 2022. O crescimento nominal das exportações foi praticamente linear nesta última década, mas com a crise pandémica a fazer descer o volume das exportações de mais de 93.000 milhões de euros em 2019 para 74.300 milhões de euros em 2020.

O aumento do grau de abertura ao exterior também é claro. Calculado como a soma dos fluxos de importações e exportações em percentagem do PIB, esse grau de abertura era de 52,2 por cento em 1974, foi depois mais baixo nos quatro anos que se seguiram ao 25 de Abril, para depois ultrapassar os 60 por cento entre 1984 e 1990, e novamente a partir de 1996.

A crise financeira mundial de 2008 e a pandemia tiveram impacto nessa abertura ao exterior, que diminuiu de 72,1 por cento em 2008 para 61,5 por cento em 2009, ou de 86,6 por cento em 2019 para 76,2 por cento em 2020, tendo depois alcançado os 101,6 por cento em 2022, quando as exportações atingiram os 50 por cento do PIB.

Os dados do INE mostram um crescimento do peso das exportações no PIB e da abertura ao exterior quase contínuo. Com descidas no período de instabilidade logo após o 25 de Abril e outra quebra em 1993, quando foi criado o Mercado Único que garantiu a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços no espaço da União Europeia, e outras duas quedas por altura da crise financeira mundial de 2008 e da pandemia em 2020.

Outra grande mudança da economia portuguesa após a transição para a democracia, e sobretudo após a adesão à Comunidade Económica Europeia, foi a abertura económica ao exterior. Se em 1974 as exportações representavam 19,8 por cento do PIB – e era sensivelmente essa a percen-

tagem desde meados da década de 1960, a oscilar entre os 18,6 e os 20 por cento entre 1964 e 1974 –, após a adesão à CEE essa percentagem aumentou para 27 por cento do PIB, logo em 1986, e continuaria a aumentar até 2022, quando as exportações atingiram os 50 por cento do PIB.

Houve oscilações, claro. A primeira logo após a Revolução de Abril, quando a crise petrolífera, a instabilidade interna e o processo de descolonização fizeram as exportações situar-se entre os 12,9 por cento (1976) e os 15,9 por cento do PIB, para depois voltarem a ultrapassar a barreira do 20 por cento em 1979. De 1984 a 1990 essa percentagem manter-se-ia sempre acima dos 27 por cento, ou até acima dos 29 por cento em 1985, à beira da adesão, e 29,5 por cento em 1989. A partir de meados dos anos 2000 subiria para mais de 30 por cento e em 2014, ultrapassada a crise da dívida soberana, para mais de 40 por cento, até ao marco dos 50 por cento em 2022.

O que isso significa, em termos do valor nominal das exportações, é que de 500 milhões de euros, em 1974, o país passou a exportar 7.600 milhões pouco mais de uma década depois – em 1986, ano da adesão à CEE –, entre 11.000 milhões e 20.000 milhões de 1988 a 1994 e depois entre 23.000 milhões e 40.000 milhões de 1995 a 2003. Na década seguinte o crescimento das exportações foi contínuo, com ligeira descida em 2009. A barreira dos 80.000 milhões de euros seria ultrapassada em 2017 e a dos 120.000 milhões em 2022. O crescimento nominal das exportações foi praticamente linear nesta última década, mas com a crise pandémica a fazer descer o volume das exportações de mais de 93.000 milhões de euros em 2019 para 74.300 milhões de euros em 2020.

O aumento do grau de abertura ao exterior também é claro. Calculado como a soma dos fluxos de importações e exportações em percentagem do PIB, esse grau de abertura era de 52,2 por cento em 1974, foi depois mais baixo nos quatro anos que se seguiram ao 25 de Abril, para depois ultrapassar os 60 por cento entre 1984 e 1990, e novamente a partir de 1996.

A crise financeira mundial de 2008 e a pandemia tiveram impacto nessa abertura ao exterior, que diminuiu de 72,1 por cento em 2008 para 61,5 por cento em 2009, ou de 86,6 por cento em 2019 para 76,2 por cento em 2020, tendo depois alcançado os 101,6 por cento em 2022, quando as exportações atingiram os 50 por cento do PIB.

Os dados do INE mostram um crescimento do peso das exportações no PIB e da abertura ao exterior quase contínuo. Com descidas no período de instabilidade logo após o 25 de Abril e outra quebra em 1993, quando foi criado o Mercado Único que garantiu a livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços no espaço da União Europeia, e outras duas quedas por altura da crise financeira mundial de 2008 e da pandemia em 2020.

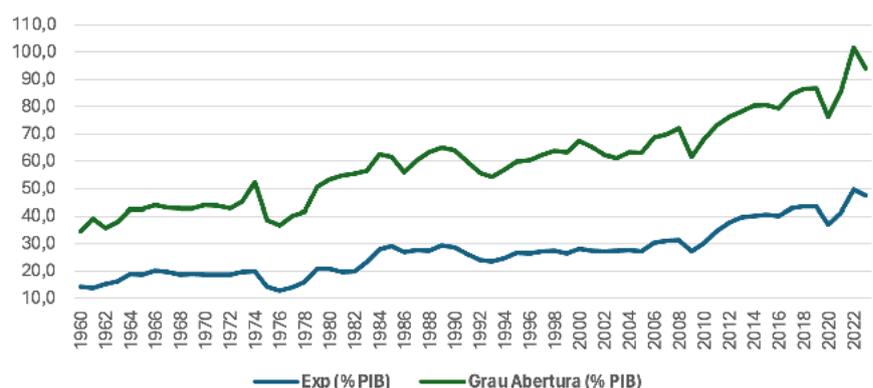
O aumento do peso das exportações no PIB e do grau de abertura ao

exterior significa também um crescimento das exportações de bens e serviços, cujo volume era de 500 milhões de euros em 1974, de 8.000 milhões em 1986 e de 126,3 mil milhões em 2023.

As importações também foram aumentando e o saldo da balança comercial foi quase sempre negativo, por vezes com diferenças de 200 milhões de euros a mais do lado das importações, como aconteceu em 1975, outras vezes com diferenças acima dos 10.000 milhões de euros, como aconteceu sempre entre 1998 e 2010. O ano com saldo mais desfavorável foi o da crise financeira mundial, 2008, em que a diferença entre as exportações e as importações foi de 16.600 milhões de euros a mais do lado das compras ao exterior.

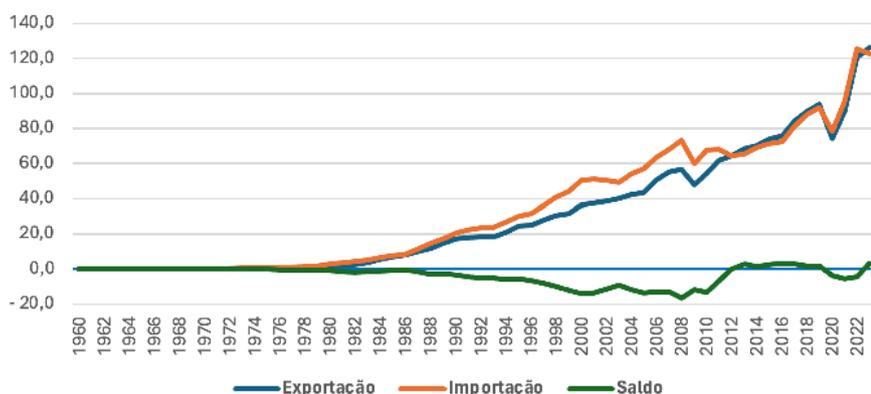
Depois disso, entre 2012 e 2019 o saldo foi sempre positivo, com as exportações a ultrapassarem as importações entre 1400 milhões de euros (2014) ou mesmo cerca de 3000 milhões de euros (2013, 2016 ou 2017). Após três anos de quebra causados pela pandemia (2020, 2021 e 2022), o saldo voltou a ser favorável em 2023, com o país a exportar 126,3 mil milhões e a importar 123 mil milhões, o que resulta num saldo positivo de 3.300 milhões.

### EXPORTAÇÕES NO PIB E GRAU DE ABERTURA (% PIB)



Fonte: INE

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS E SERVIÇOS (MIL M€)



Fonte: Banco de Portugal

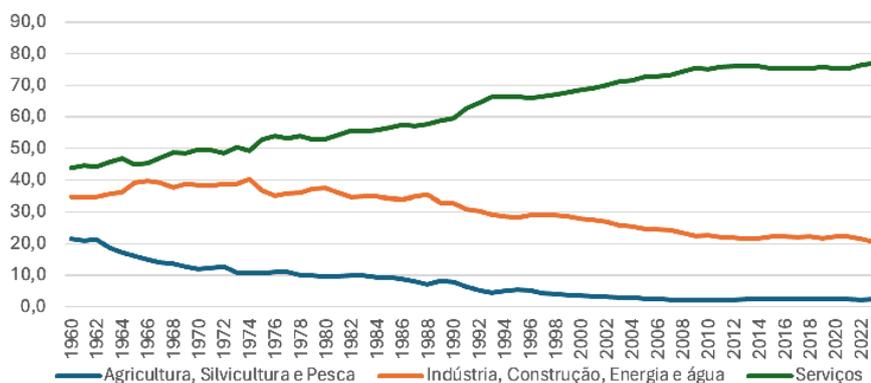
## Economia assente na agricultura dá lugar aos serviços

Desde 1974 a estrutura produtiva da economia portuguesa alterou-se profundamente. Uma economia predominantemente agrícola e industrial

passou a centrar-se nos serviços, e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) deste setor, que era de 49 por cento do total em 1974, passou para mais de 77 por cento em 2023.

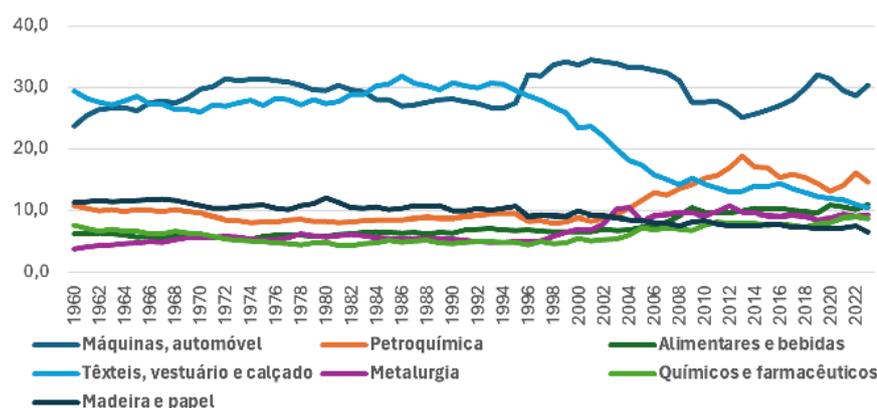
Se a Agricultura, Silvicultura e Pesca representavam 10,6 por cento do VAB

## VAB POR SETOR DE ATIVIDADE (% DO TOTAL, NOMINAL)



Fonte: INE

## EXPORTAÇÕES DE BENS POR GRUPOS DE PRODUTOS (% DO TOTAL)



Fonte: INE

no ano do 25 de Abril e a Indústria 40,2 por cento – mais de metade do valor acrescentado gerado –, 50 anos depois a situação é muito diferente. Em 2023, a agricultura representou apenas 2,3 por cento do VAB e a indústria 20,7, menos de um quarto do valor gerado, dado que 77 por cento desse valor corresponde aos serviços. Esta mudança significa, no entanto, um aumento do VAB nominal em todos os setores de atividade, ainda que, como referido, o aumento percentual tenha sido muito mais expressivo no que se refere aos serviços.

Em 1974 o VAB gerado pela agricultura era de 224 milhões de euros, enquanto a indústria gerava 848 milhões e os serviços 1039 milhões. Doze anos depois, na altura da entrada para a CEE, esses valores eram 2.182 milhões, 8.418 milhões e 14.304 milhões, respetivamente, e já no ano passado o VAB nominal da agricultura foi 5.411 milhões, da indústria 47.848 milhões e dos serviços 178.385 milhões.

Há 50 anos, os têxteis, vestuário e calçado eram a principal exportação portuguesa (95 milhões de euros), ou 27,9 por cento do total, ficando uma percentagem um pouco maior (31,3 por cento), a cargo das máquinas e equipamentos, equipamentos elétricos, equipamentos informáticos e produtos eletrónicos, muitos deles ligados ao setor automóvel. Atualmente esses são os produtos mais exportados (30,4 por cento), tendo havido ao longo dos últimos anos uma descida do peso nas exportações de setores mais tradicionais como o dos têxteis, vestuário e calçado, que agora vale cerca de 14 por cento, ou 7.978 milhões de euros.

Os produtos petroquímicos ganharam peso nas exportações, de 8,1 por cento para 14,6 por cento, e também a metalurgia (5,5 para 9,3 por cento) e os químicos e farmacêuticos (5,2 para 8,8 por cento). Entre os setores mais

tradicionais, também os produtos agroalimentares aumentaram a sua quota nas exportações de 5,5 para 10,9 por cento.

### Componente tecnológica das exportações aumentou

Após a transição para a democracia há, por isso, um maior peso nas exportações dos bens de média e média-alta tecnologia, nomeadamente das máquinas e do setor automóvel, por troca com setores tradicionais, como o têxtil, vestuário e calçado.

Essa tendência já se verificava desde a década de 1960, e se no período de 1975 a 1979 as exportações de bens de baixa ou média-baixa intensidade tecnológica era 78,5 por cento e os produtos de média-alta ou alta componente tecnológica eram 21,4 por cento, no período de 2020 a 2023 esse cenário era bastante mais equilibrado: 57,7 por cento de bens de baixa e média intensidade tecnológica para 42,3 por cento de bens de média-alta ou alta componente tecnológica.

Os produtos de baixa tecnologia continuam a ser os mais exportados (33,9

por cento), mas as exportações de alta tecnologia aumentaram de 7,9 para 11,2 por cento nos últimos 50 anos, e os de média-alta tecnologia de 12,5 para 31,1 por cento, um salto que resulta também do aumento das qualificações em Portugal e da especialização e inovação das empresas portuguesas.

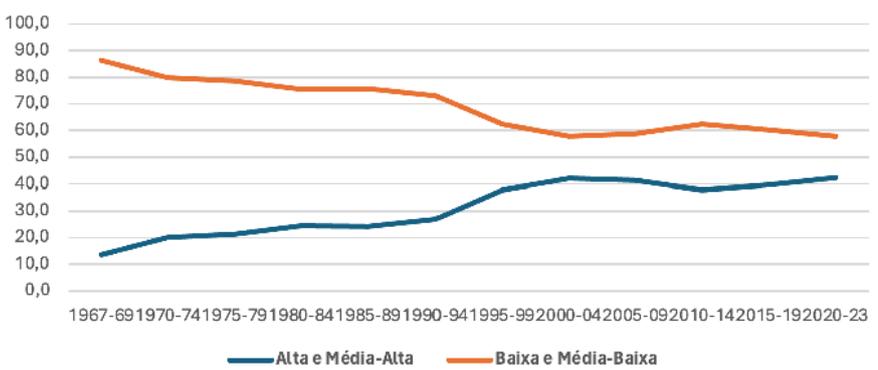
Após a Revolução de Abril de 1974, e sobretudo após a adesão à CEE, há também uma diversificação dos mercados de exportação. O espaço comunitário ganhou maior relevância, e em particular Espanha, em detrimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), em especial Angola.

As exportações para a União Europeia, ou melhor, para os países que hoje compõem a União Europeia, eram em 1974 de 38,4 por cento, no ano da adesão de Portugal, 1986, ultrapassaram os 60 por cento. Hoje são mais de 70 por cento.

Para os PALOP, por outro lado, houve uma diminuição de 10,1 por cento em 1974, quando terminou a Guerra Colonial, para 2,3 por cento em 2023, uma descida de 7,7 pontos percentuais.

Espanha registou o maior aumento, em resultado da integração europeia e do fim das barreiras comerciais com o vizinho ibérico. Se em 1974 as exportações para Espanha não ultrapassavam os 2,1 por cento, em 2023 foram de 25,8 por cento, mais de um quarto das vendas de Portugal ao exterior, e mais 23,7 pontos percentuais do que no ano da transição para a democracia. Houve também um aumento significativo para França, Alemanha e Bélgica, tal como houve uma queda acentuada das exportações para o Reino Unido de 22,8 por cento em 1974 para 4,7 por cento em 2023, uma descida que já vinha a verificar-se desde os anos 1980 mas que se intensificou com a saída do Reino Unido da União Europeia, o Brexit, em 2020.

### EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIAIS TRANSFORMADOS POR GRAUS DE INTENSIDADE TECNOLÓGICA (% DO TOTAL)



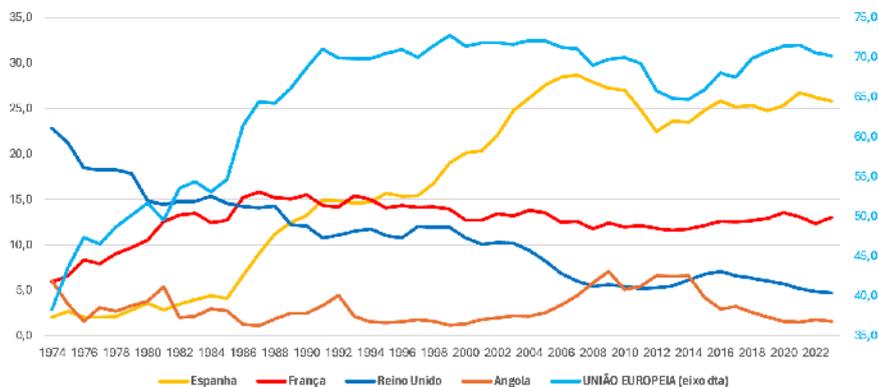
Fonte: GEE com base em dados INE

### COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGUÊS DE BENS

	1974	1984	1994	2004	2014	2023	Variações
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	38,4	53,1	69,8	72,1	64,7	70,2	13,6
<b>PALOP</b>	10,3	4,4	2,4	2,9	8,0	2,6	-7,7
<b>EFTA</b>	4,8	4,5	2,7	1,2	1,2	1,3	-3,4
<b>Espanha</b>	2,1	4,4	14,7	26,1	23,5	25,8	23,7
<b>França</b>	5,9	12,4	15,0	13,8	11,8	13,0	7,1
<b>Alemanha</b>	8,1	13,7	19,2	13,4	11,7	10,8	2,7
<b>EUA</b>	9,9	8,8	4,9	5,6	4,4	6,8	-3,2
<b>Reino Unido</b>	22,8	15,4	11,8	9,4	6,1	4,7	-18,1
<b>Itália</b>	3,2	4,3	3,4	4,4	3,2	4,2	1,0
<b>Países Baixos</b>	2,5	5,9	5,5	4,1	4,0	3,5	0,9
<b>Bélgica</b>				4,2	2,7	2,6	2,6
<b>Angola</b>	6,1	3,0	1,5	2,2	6,6	1,6	-4,4
<b>Polónia</b>	0,3	0,0	0,0	0,4	1,0	1,4	1,1

Fonte: INE

### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS (% DO TOTAL)



Fonte: INE

## O descolar do Investimento Direto Estrangeiro

Nas últimas décadas houve também um grande aumento da captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), cujo stock atingiu os 180 mil milhões de euros em 2023, o que equivale a

68 por cento do PIB. Se recuarmos a 1996, verificamos que o peso do IDE no PIB mais do que triplicou (era 20,6 por cento, com um volume de 19 mil milhões de euros).

Por outro lado, também o Investimento Direto Português no Estrangeiro

(IDPE) aumentou de 3 mil milhões de euros para 64 mil milhões, ou de 3,5 por cento para 24,2 por cento do PIB.

A economia portuguesa não teve uma trajetória linear, nem isso seria expectável num período de cinco décadas. Pelo caminho, desde 1970, atravessou seis períodos de crise económica, com destaque para a crise financeira internacional de 2008 e 2009, a crise da dívida soberana de 2010 a 2013 e a pandemia da Covid-19. Mas no conjunto dos 50 anos que passaram desde a Revolução de Abril de 1974, o que sobressai dos dados é um grande crescimento do comércio internacional, a aposta na qualificação e em produtos de maior intensidade tecnológica e o estreitar das relações com os parceiros comerciais da União Europeia, à qual Portugal só pode juntar-se após consolidar o regime democrático. ●



# Globally Connected

International Business  
2023-2025

**50%**  
Taxa de Financiamento

## FEIRAS INTERNACIONAIS

### **Ceramitec**

09 a 12 de abril. 2024, Munique, Alemanha

### **Automechanika**

10 a 14 de setembro. 2024, Frankfurt, Alemanha

### **Ambiente, Christmasworld e Creativeworld**

7 a 11 de fevereiro. 2025, Frankfurt, Alemanha  
Mostra de produtos da Fileira CASA

## AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Seminários . Workshops  
Webinars . Networking

Conferência Internacional  
Roadshow de Opinion Makers

## MISSÕES EMPRESARIAIS

### **Marrocos**

3 a 7 de junho. 2024

### **México**

10 a 16 de novembro. 2024

### **Reino Unido**

17 a 21 de março. 2025

## E-COMMERCE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DAS PME E CAMPANHAS DE MARKETING

Vender online além-fronteiras  
Modalidade A

Melhorar performance nas vendas online  
Modalidade B

Desenvolvimento estratégico e criativo de  
Marca para produto(s) próprio(s)

# Autoeuropa: o investimento estrangeiro que se tornou no motor para as exportações



© Volkswagen Portugal

Com 4.851 trabalhadores e uma produção total de 220.100 unidades em 2023, a Autoeuropa é um caso de sucesso na indústria automóvel portuguesa e europeia. E é, até hoje, o maior investimento estrangeiro em Portugal. A Volkswagen, a Ford e o Estado português assinaram, em julho de 1991, um contrato de investimento e em 1995 foi inaugurada a unidade de produção em Palmela onde desde então foram produzidos modelos como os MPV Volkswagen Sharan e Ford Galaxy e, recentemente, o T-Roc.

A unidade de produção de automóveis da Volkswagen Autoeuropa é uma das mais modernas e avançadas da Europa, seguindo os padrões eu-

ropeus de segurança e proteção ambiental. Divide-se em quatro áreas de produção: prensagem, construção de carroçarias, pintura e montagem.

Em janeiro de 1999, o Grupo Volkswagen assumiu 100 por cento do capital social da Autoeuropa e a empresa passou a chamar-se Volkswagen Autoeuropa. Ao longo dos anos, têm sido celebrados diversos acordos de investimento entre a Volkswagen e o governo português, para a modernização de equipamentos, a formação de colaboradores e a instalação de novas infraestruturas de produção de modo a otimizar as linhas e métodos de produção.

Em 2007, um investimento adicional de 541 milhões de euros por parte da “casa-mãe” resultou em significativas reestruturações e melhorias tecnológicas, aumentando a flexibilidade da fábrica para a produção de diferentes tipos de veículos. Nesse mesmo ano, a Autoeuropa alcançou a produção de 1.500.000 unidades.

A introdução do trabalho por turnos, em 2018, marcou um novo capítulo para a Autoeuropa e permitiu a produção diária de 890 veículos, destinados principalmente aos mercados europeu e asiático.

A empresa representou 1,5 por cento do PIB nacional em 2022 e foi responsável por 75 por cento da produção automóvel em Portugal, produzindo 254.600 unidades. Mesmo com as adversidades de 2020, a Autoeuropa manteve-se na liderança das exportações portuguesas, sendo atualmente a maior empresa exportadora de bens no país.

O modelo T-Roc, *made in* Portugal, destacou-se como terceiro carro mais vendido na Europa em 2023, e o modelo mais vendido da Volkswagen. A produção deste modelo atingiu mais de 220.000 unidades em 2023, um aumento de 14 por cento comparativamente ao ano anterior.

A Volkswagen anunciou a venda de quase cinco milhões de veículos mundialmente em 2023, evidenciando um crescimento de quase 7 por cento e reafirmando o impacto significativo da Autoeuropa no mercado global. ●

# Os primeiros passos de uma democracia à procura do equilíbrio

Não foi a democracia que causou o choque, mas houve um choque. O economista Ricardo Reis, professor de Economia na London School of Economics, recorda que Portugal enfrentou três crises entre 1973 e 1978, enquanto o regime democrático se consolidava e o país se preparava para acelerar a abertura aos mercados externos.

Os anos 70 foram um período único na história portuguesa. Talvez nem fosse preciso lembrá-lo, e há razões sociais, económicas e políticas que o confirmam. Para o economista Ricardo Reis, professor na London School of Economics e titular da cátedra A.W. Phillips, há sobretudo três fatores que marcam a economia deste período: a crise petrolífera de 1973 e, já depois da Revolução de Abril, a absorção de cerca de 80.000 funcionários públicos regressados das ex-colónias e a coletivização de setores da indústria e da agricultura.

“Três crises numa só” é o título do capítulo dedicado ao período de 1973 a 1978 no estudo “Crises da Economia Portuguesa, de 1910 a 2022”, coordenado por Ricardo Reis e publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Mas quais foram as causas dessas crises? “Não foi a democracia que causou o choque, foi a crise petrolífera, a absorção de funcionários públicos, a coletivização de setores da indústria e da agricultura, feitas a quente e sem planeamento”, responde Ricardo Reis.

Faltavam alguns meses para o 25 de Abril quando, no segundo semestre de 1973, Portugal sofreu os efeitos do aumento do preço do petróleo e da recessão mundial. No seguimento da guerra do Yom Kippur, que opôs

Israel aos países árabes liderados pelo Egípto e a Síria, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aumenta os preços e restringe o fornecimento aos países ocidentais. Portugal, que tinha permitido o uso da base das Lajes durante a guerra, acabou por ser um dos mais afetados. O preço da energia aumenta, o de algumas matérias-primas também, e a economia mundial entra em recessão quase de imediato.

“Para nós não houve apenas um aumento de preços, houve mesmo um corte de abastecimento”, sublinha Ricardo Reis. “Tínhamos uma política fiscal muito conservadora que até amplifica essa crise, aumentando impostos e cortando despesa. Há um corte de investimento público e a taxa de juro do banco de Portugal sobe em 1973.”

A segunda razão, ou segunda crise, já não é externa nem global e está relacionada com a transição para a democracia, com a independência das ex-colónias e o regresso de muitos portugueses. “Em Portugal, temos quase um milhão de pessoas que regressam, um aumento da população em 10 por cento. Não é fácil acomodar esse aumento”, diz Ricardo Reis. Entre esses



Ricardo Reis, professor de Economia na London School of Economics

"Não foi a democracia que causou o choque, foi a crise petrolífera, a absorção de funcionários públicos, a coletivização de setores da indústria e da agricultura, feitas a quente e sem planeamento."

portugueses estão 80 mil funcionários públicos das colónias que regressam e são integrados. *"O número de funcionários duplica e aumenta a despesa de uma forma brutal. Em termos políticos, morais e sociais terá sido a resposta certa, mas em termos orçamentais foi um choque."*

Ainda no período revolucionário, e no contexto desta segunda crise, são nacionalizados bancos, companhias de seguros e empresas consideradas estratégicas. *"Há muitas nacionalizações, sem que houvesse uma orientação clara sobre como o Estado iria gerir bancos ou companhias de seguros melhor do que o setor privado. Temos quase um choque de economia coletivizada, muito repentino, sem ter havido uma preparação para isso funcionar"*, adianta Ricardo Reis.

Depois, e no chamado "Verão Quente" de 1975, "há uma grande coletivização da produção agrícola, e um declínio da produção em 1976, que depois acaba por ser revertido". Tudo isto acaba por levar à deterioração das contas públicas e à intervenção do FMI, em 1978.

Os primeiros anos após o 25 de Abril foram de instabilidade, mas para Ri-



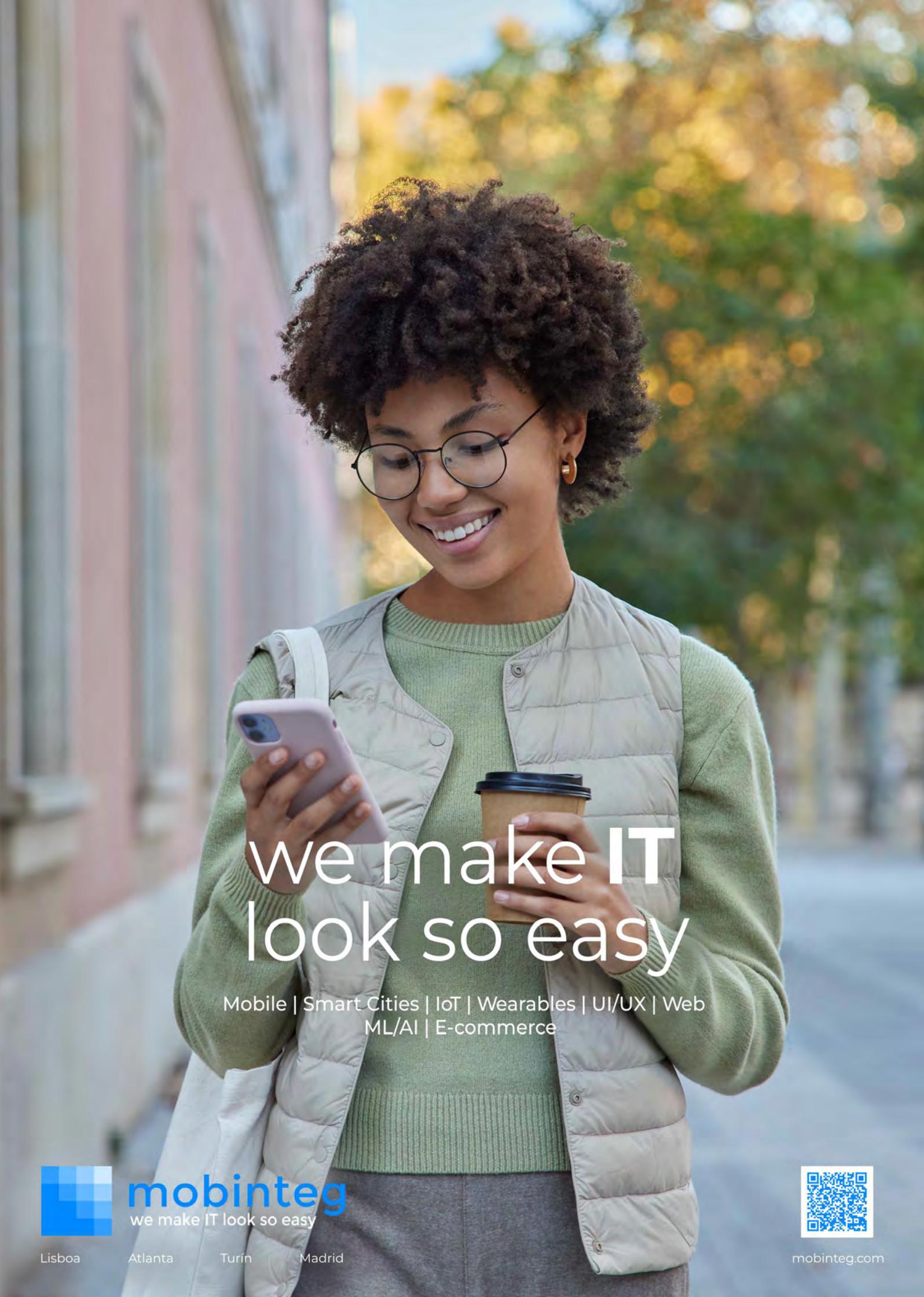
cardo Reis não foi a mudança para um regime democrático que causou esse choque, foi a conjugação da crise petrolífera com as mudanças demográficas e a coletivização da economia.

### Da industrialização recente à abertura do comércio externo

Portugal tinha começado um processo de industrialização nos 20 ou 30 anos anteriores à Revolução. *"Estava nessa altura a fazer a transição de uma economia industrial para uma economia de serviços, com atraso de algumas décadas em relação a outros países"*, recorda Ricardo Reis. Por outro lado, em 1974 Portugal tinha uma economia extremamente fechada tendo em conta o tamanho e a localização do país. "Já

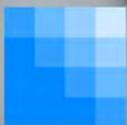
*tinha começado, nos anos 70, a haver uma abertura, mas o peso do comércio internacional na atividade das empresas é mesmo muito baixo."*

As qualificações também eram baixas, e isso era um entrave ao desenvolvimento da economia. *"O nível de escolaridade é muito baixo em relação a todos os países da Europa, e mesmo em termos de capital físico, e de investimento, o nível não é particularmente alto. Estamos a lidar com uma economia industrial, mas ainda não tanto de serviços"*, adianta Ricardo Reis. Também isso viria a mudar nos anos seguintes. *"Hoje olhamos para os anos de escolaridade das pessoas que têm entre 20 e 40 anos e estamos praticamente na média europeia. Houve um enorme aumento."* ●



# we make **IT** look so easy

Mobile | Smart Cities | IoT | Wearables | UI/UX | Web  
ML/AI | E-commerce



**mobinteg**  
we make IT look so easy

Lisboa

Atlanta

Turin

Madrid



[mobinteg.com](https://mobinteg.com)



**JOÃO  
AMADOR**

**ECONOMISTA DO BANCO  
DE PORTUGAL E PROFESSOR  
NA NOVA SBE**

## **"A entrada na CEE ancorou a jovem democracia portuguesa a algo sólido"**

O 25 de Abril de 1974 permitiu a criação de um Estado social semelhante ao de outros países da Europa Ocidental e possibilitou a entrada na Comunidade Económica Europeia, sublinha João Amador, economista do departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal e professor na Nova SBE. *"Foi a entrada na CEE que ancorou a jovem democracia portuguesa a algo sólido, e os ganhos foram muito expressivos"*, diz. Agora, Portugal terá de continuar a ser um destino atrativo para o investimento direto estrangeiro e as empresas exportadoras devem estar preparadas para transformações rápidas.

### **Quais foram as principais mudanças na economia portuguesa após o 25 de Abril?**

Ocorreram várias mudanças, tanto com impactos internos como nas relações com o exterior. Após o 25 de Abril fez-se sentir o efeito da nacionalização de largas parcelas do tecido produtivo, os salários aumentaram muito em termos nominais e reais e a despesa pública com funções sociais cresceram fortemente. Estas despesas permitiram acelerar a implementação de um Estado social, semelhante ao de outros países da Europa Ocidental, processo que até aí tinha avançado de forma lenta. Uma mudança muito relevante foi a possibilidade de

integrar a Comunidade Económica Europeia (CEE), uma vez ultrapassada a limitação de o país não ter um regime democrático.

### **A abertura ao exterior intensificou-se com a entrada na CEE?**

Portugal havia integrado a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) em 1960 e celebrara um acordo de comércio livre com a CEE em julho de 1972, por isso a economia já tinha iniciado o seu caminho de abertura ao exterior. No entanto, a adesão significou um enorme aprofundamento do processo de abertura comercial e dos ganhos de comércio que lhe são

inerentes. A adesão significou também o acesso a fundos estruturais que permitiram investir, por exemplo em infraestruturas, sem que isso significasse um esforço grande sobre as contas externas. Também foi muito importante a incorporação de normas europeias na legislação nacional, que funcionaram como um catalisador de reformas estruturais. A entrada na CEE ancorou a jovem democracia portuguesa a algo sólido e os ganhos da adesão foram muito expressivos.

### Como evoluiu essa nova etapa do comércio internacional e quais foram os setores que mais beneficiaram da entrada na CEE?

A entrada na CEE levou a uma maior expansão dos setores intensivos em mão-de-obra – tais como os têxteis, confeções e calçado – em ligação com os salários relativamente baixos. Mas também da pasta de papel e dos componentes elétricos e automóveis – em ligação com a entrada de investimento direto estrangeiro. O setor do turismo foi também crescendo ao longo deste período. Uma mudança que merece destaque foi a forte ascensão de Espanha enquanto parceiro comercial, resultado da eliminação de barreiras económicas e da superação de alguma desconfiança histórica.

### Quais foram os principais desafios para economia portuguesa durante o processo de integração europeia?

Os desafios não resultaram diretamente do processo de integração, mas sim da necessidade de modernizar o país e efetuar reformas, num mundo exigente e em transformação. Por exemplo, a queda do Muro de Berlim e a desintegração do Bloco Soviético culminaram com o alargamento da União Europeia a dez novos Estados-membros. Paralelamente, a China passou por uma profunda transformação na sua estratégia de crescimento, alargando a orientação exportadora, alavancada pela adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001. Portugal tinha-se especializado em bens de baixa tecnologia sustentados por salários abaixo da média da UE, mas no novo contexto global tornou-se uma economia com salários comparativamente elevados. Os novos Estados-membros da UE tornaram-se destinos privilegiados de investimento estrangeiro. Assim, nos anos que se seguiram a esta

reorganização das vantagens comparativas, o desempenho das exportações portuguesas foi negativo. Tal contribuiu significativamente para a deterioração do saldo da balança corrente portuguesa, num contexto de crescimento acentuado da procura interna, resultante de descidas das taxas de juro e de uma política fiscal pró-cíclica, na sequência do processo de convergência nominal que conduziu à adoção do euro. Os elevados níveis de endividamento que prevaleceram desde então na economia portuguesa e a crise do financiamento externo de 2011 foram manifestações destes problemas. Contudo, após a viragem do século, Portugal registou um crescimento notável nas exportações que resultou sobretudo do ajustamento da estrutura de produção à nova realidade do comércio internacional, ou seja, ao novo padrão de vantagens comparativas da economia.



### **As exportações e as cadeias de valor globais têm sido dois temas que tem analisado. Como têm evoluído as exportações portuguesas em termos de volume e de valor acrescentado?**

A participação portuguesa nas cadeias de valor globais ainda é limitada, especialmente quando comparada com a de outros países da UE de dimensão semelhante. Em Portugal, o peso do valor acrescentado estrangeiro nas exportações brutas é cerca de um terço, próximo do valor observado em Espanha e na Alemanha, mas abaixo dos valores de Bélgica, Irlanda e Eslováquia, onde este indicador se aproxima de 50 por cento.

Em termos de volumes de exportação de bens e serviços, o desempenho registado nos últimos anos tem sido muito positivo, observando-se em vários anos de ganhos de quota de mercado nos mercados internacionais.

### **Quais têm sido os setores de maior crescimento, e aqueles em que a economia portuguesa se tem tornado mais competitiva?**

Após a viragem do século, Portugal registou um crescimento notável nas exportações. Isso resultou sobretudo do ajustamento progressivo da estrutura de produção à nova realidade do comércio internacional. Um exemplo de reestruturação setorial foi a indústria do calçado, que aumentou as exportações e o preço unitário dos seus produtos, adaptando as operações para produzir pequenas quantidades de forma flexível e rápida, incorporando novas tecnologias e design. Outro mecanismo de ajustamento da estrutura de produção foi a constituição de novas empresas orientadas desde o início para os mercados externos.

Os serviços têm sido um importante motor de crescimento das exportações portuguesas nas últimas décadas, com destaque para o turismo. O comércio de serviços não turísticos também tem ganho muita relevância desde os anos 2000 e é dominado por três categorias de serviços – transportes; telecomunicações e informação e outros serviços empresariais – setores onde os níveis de produtividade e os salários pagos são superiores à média da economia.

### **O que caracteriza as empresas exportadoras portuguesas e quais os principais obstáculos que enfrentam?**

Em cada setor de atividade, as empresas ex-

portadoras são em média mais produtivas, pagam salários mais elevados, têm maior nível de capital por trabalhador e desenvolvem mais atividades de investigação e desenvolvimento. Estas características favorecem o desempenho externo e, em sentido inverso, as exportações envolvem aprendizagem, oportunidades de crescimento e acesso a novas tecnologias.

Apesar dos progressos dos últimos anos, os obstáculos prendem-se com o acesso a capital e mão-de-obra qualificada, com alguns custos de contexto e com a dificuldade em negociar com clientes e fornecedores de grande dimensão. O bom desempenho da economia portuguesa depende da contínua superação destes obstáculos.

### **Na década de 80, o investimento direto estrangeiro desempenhou um papel crucial para crescimento da economia e de setores como o automóvel, entre outros. Quão importante tem sido esse investimento e quais as vantagens competitivas que permitirão continuar a captá-lo?**

Os investidores externos assumem um compromisso forte com os projetos, com impacto duradouro no capital das empresas. A captação de investimento estrangeiro é um processo exigente e muito competitivo em termos globais. Assenta num conjunto vasto de condições macroeconómicas e estruturais. Portugal terá de manter o trabalho para continuar a ser um destino atrativo para o investimento direto estrangeiro.

### **De que forma a pandemia da Covid-19 alterou o percurso da economia portuguesa?**

A pandemia foi um choque global de grande escala, mas a resposta das autoridades foi capaz de conter os efeitos económicos mais nefastos. A estratégia de fechar temporariamente as economias, designadamente nos setores mais expostos ao contacto pessoal, preservando o emprego e o acesso das empresas a financiamento, resultou muito bem. As economias recuperaram o seu nível de atividade e as trajetórias de crescimento. Certamente existirão cicatrizes deste processo, mas parecem ser pequenas. Em Portugal, as tendências anteriores à pandemia continuaram após a crise, designadamente em termos de equilíbrios macroeconómicos, bom desempenho externo – sobretudo no setor dos servi-



ços – dinâmica empresarial e crescimento da imigração. Em termos de transformações, o aspeto mais marcante talvez seja a utilização acrescida das tecnologias de informação e comunicação e o teletrabalho.

#### Quais são os principais desafios e oportunidades que Portugal enfrenta no contexto atual?

O maior risco é externo e prende-se com a intensificação do protecionismo. A existência de barreias tarifárias ou não-tarifárias ao comércio prejudica a capacidade de operar nos mercados internacionais e tal já é visível em várias geografias. Na UE, onde se concentra o nosso comércio, esses riscos são muito menores. Porém, também aí, a tendência para maior apoio dos Estados às empresas nacionais ameaça o ambiente competitivo que é necessário ao sucesso das empresas dos países onde as disponibilidades financeiras são menores. A UE teve sempre a preocupação de garantir a integridade do mercado único, através das regras da concorrência e da proibição dos apoios de Estado, inscritas nos tratados. A suspensão temporária dessas regras

durante a pandemia e a política que visa a autonomia estratégica da Europa, parecem apelativas em momentos de incerteza e conflito, mas geram perdas de bem-estar e semeiam desacordos mais tarde.

As empresas portuguesas enfrentam também o desafio do crescimento. Mesmo as grandes empresas portuguesas são muito pequenas à escala europeia e global. A sua reduzida dimensão faz com que estejam esmagadas entre fornecedores e clientes poderosos, que impõem margens estreitas. O crescimento das empresas e a sua capacidade para inovar, diferenciar os produtos e criar valor depende de uma miríade de fatores. Estarmos conscientes deste desafio ajuda a orientar as políticas públicas.

Por fim existe o desafio da flexibilidade. No mundo de hoje o progresso tecnológico é muito acelerado e existem múltiplos focos de incerteza. As empresas exportadoras devem estar preparadas para se adaptar a transformações rápidas da realidade, o que implica ter uma estrutura ágil e, sobretudo, contar com trabalhadores qualificados. ●

## “É essencial alinhar o desenvolvimento nacional com a reindustrialização europeia”

Após a entrada de Portugal na União Europeia, o investimento alemão, e também francês, juntamente com os fundos europeus, permitiram desenvolver setores como o automóvel e aumentar as exportações. Fernando Alexandre, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, sublinha que hoje há novos desafios que passam pela crise climática e por alinhar o desenvolvimento nacional com a estratégia de reindustrialização europeia.

Passados 50 anos do 25 de Abril, os desafios que a economia portuguesa enfrenta são muito diferentes. Depois da pandemia da Covid-19, os conceitos de autonomia estratégica ou soberania tecnológica tornaram-se centrais na definição das políticas da União Europeia, considera Fernando Alexandre, professor da Universidade do Minho, onde foi Pró-Reitor e presidente da Escola de Economia e Gestão. *“Será essencial garantir um alinhamento da estratégia de reindustrialização europeia com a estratégia de desenvolvimento nacional para que os objetivos das novas formas de política industrial sejam alcançados.”*

A crise climática, a sustentabilidade ou o envelhecimento da população são também temas que se tornaram centrais em qualquer debate sobre a evolução da economia e o desenvolvimento económico. Questões que, aliás, deverão alterar a estrutura da economia portuguesa, como conclui o estudo “Do Made In ao Created In”, coordenado por Fernando Alexandre e publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

*“A transição climática e o envelhecimento demográfico são dois desafios que os países do hemisfério Norte enfrentam, mas que em Portugal se*



Fernando Alexandre, professor da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

*farão sentir com especial acuidade. A transição climática vai mudar as características do território, com implicações para o setor agrícola e para as condições de vida das pessoas. A escassez de água ganhará cada vez mais importância. O envelhecimento vai afetar a procura de bens e serviços (por exemplo, na área da saúde) e a disponibilidade de mão-de-obra, com implicações para a sustentabilidade da Segurança Social”,* adianta Fernando Alexandre.

A resposta a alguns destes problemas estará no conhecimento, na inovação ou no emprego qualificado. *“A economia, numa forte articulação com o sistema científico e tecnológico, tem de desenvolver soluções tecnológicas para as novas condições de produção e de procura. Essas soluções tecnológicas, na forma de produtos e de serviços, devem ser criadas visando a colocação no mercado global. Na resposta a estes problemas pode estar a oportunidade de acelerar a mudança*

da economia para um novo paradigma baseado no conhecimento, na inovação e no emprego qualificado, o paradigma *Created In*".

O aumento da escolaridade é uma condição necessária para o desenvolvimento económico, mas não será resposta para todos os problemas, sublinha Fernando Alexandre. *"Como temos observado em Portugal, não é uma condição suficiente. Temos de reforçar o mecanismo virtuoso, em que a melhoria do capital humano dos gestores e dos trabalhadores se reflete na melhoria dos produtos e serviços, traduzindo-se em ganhos de produtividade, que permitem melhorar a qualidade do emprego em Portugal, fixando e atraindo mais capital humano. Essa mudança só é possível com uma construção de um ambiente económico altamente competitivo relativamente aos nossos parceiros comerciais."*

Pertencer à União Europeia e à zona euro tem sido, para Fernando Alexandre, *"uma enorme oportunidade para o crescimento das empresas portuguesas, para o desenvolvimento do sistema científico e tecnológico e para todos os cidadãos portugueses"*. No entanto, adianta, *"o reforço da posição Atlântica de Portugal continua a ser uma oportunidade de diversificação de mercados e de crescimento em mercados com maior dinamismo"*.

A entrada na União Europeia mudou o posicionamento de Portugal no mundo, e a dimensão Atlântica perdeu alguma importância em favor de uma maior integração económica dos Estados-membros, recorda Fernando Alexandre. *"O acesso aos fundos europeus teve uma enorme importância na construção de infraestruturas e no aumento da oferta de serviços públicos, em particular na área da educação. As regulamentações europeias passaram a influenciar de forma muito significativa o funcionamento das instituições portuguesas, sendo essa*



*alteração mais marcada a partir da decisão de adesão à União Económica e Monetária"*. Há, também, um grande fortalecimento da relação comercial com Espanha, *"que até 1985 era residual, mas que no início dos anos 90 era já o mercado mais relevante"*.

**"A transição climática e o envelhecimento demográfico são dois desafios que os países do hemisfério Norte enfrentam, mas que em Portugal se farão sentir com especial acuidade."**

### **O impulso do investimento alemão e dos fundos comunitários**

O investimento direto estrangeiro alemão, que já era relevante, tornou-se ainda mais importante após a adesão à UE, sendo o principal exemplo dis-

so a criação da Autoeuropa em 1991. *"O investimento alemão, e também francês, associados aos fundos europeus, permitiram o desenvolvimento de uma fileira na área da indústria automóvel, que se viria a tornar rapidamente o setor mais importante das exportações nacionais"* adianta Fernando Alexandre.

Os desafios que a economia portuguesa enfrentou durante o processo de integração foram vários, mas passaram sobretudo por melhorar os níveis de educação e ultrapassar o atraso tecnológico. *"Portugal, quando aderiu à UE, tinha cerca de metade do rendimento per capita dos Estados-membros, na altura com 15 países. A sua estrutura produtiva assentava em produtos de baixa tecnologia, que competiam nos mercados internacionais com base no preço e nos baixos custos salariais. Os níveis de educação eram muito inferiores aos dos outros Estados-membros"*, sublinha Fernando Alexandre. Não era possível fazer essa mudança sem mão-de-obra e gestores mais qualificados. *"No contexto do mercado único, fazer essa mudança foi, e, em certa medida continua a ser, um enorme desafio."* ●

Nota: A entrevista foi realizada antes da nomeação de Fernando Alexandre como ministro da Educação, Ciência e Inovação.

# Transformação da economia portuguesa também se conjuga no feminino

Com o fim do regime salazarista, Portugal viveu uma transformação significativa do papel das mulheres na economia. O legado da ditadura deixou marcas profundas na sociedade portuguesa, incluindo a desigualdade de género e a limitação dos direitos das mulheres. Mas as últimas décadas foram marcadas por progressos, com maior acesso das mulheres às universidades, ao mercado de trabalho e aos cargos de liderança.

Com o fim da ditadura, em 1974, a legislação portuguesa foi alterada no sentido de promover a igualdade de género e os direitos das mulheres. A Constituição de 1976 garantiu a igualdade perante a lei, estabelecendo bases sólidas para reformas futuras.

O acesso à educação foi um dos principais impulsionadores da mudança. Segundo dados da Pordata, em 1970 uma em cada três mulheres era analfabeta (31 por cento contra 19,7 por cento dos homens). Hoje, apesar de ainda se verificar uma maior percentagem de mulheres analfabetas (3,96 por cento contra 2,1 por cento dos homens), este valor diminuiu 27 por cento.

## Ensino superior e participação no mercado de trabalho

A crescente presença feminina no ensino superior tem sido um propulsor da entrada e participação das mulheres no mercado de trabalho em Portugal. No entanto, apesar dos progressos, as disparidades salariais persistiram, refletindo desafios estruturais e culturais mais amplos.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 as mulheres representavam 55,6 por cento dos diplomados no ensino superior. Esse aumento na qualificação educacional tem contribuído para elevar a

taxa de atividade feminina. Segundo o Censos de 1970, a taxa de atividade dos homens chegava aos 89 por cento e a das mulheres era de pouco mais de 25 por cento. Em 2022 a taxa de atividade das mulheres era de 56,3 por cento, ainda assim 8 pontos percentuais abaixo da dos homens.

## Disparidades salariais e barreiras à progressão profissional

Apesar de contribuírem de forma significativa para a economia, as mulheres continuam a enfrentar disparidades salariais.

Segundo dados da Eurostat, em 2022 as mulheres ganhavam em média menos 12,5 por cento por hora do que os homens. O rácio de paridade pelo mesmo trabalho passou de 8,9 por cento em 2018 para 12,5 por cento em 2022, o que significa que a diferença salarial se agravou.

Além disso, as mulheres ainda são sub-representadas em cargos de liderança e direção. Embora tenha havi-



do progressos nesse aspeto, barreiras como o "teto de vidro", uma espécie de bloqueio invisível que impede as mulheres de aceder a posições de liderança, persistem, limitando suas oportunidades de progressão profissional.

## Mulheres promovem um terço dos novos negócios

Apesar dos desafios, o empreendedorismo feminino tem prosperado em Portugal. Um número crescente de mulheres lança os próprios negócios, desafiando estereótipos e contribuindo para a diversificação da economia. No entanto, ainda há desafios significativos para mulheres empreendedoras, desde o acesso desigual a financiamento até à falta de redes de apoio.

De acordo com o Eurostat, em 2020 as mulheres eram responsáveis por 29 por cento dos novos negócios em Portugal. No entanto, embora reflitam uma parcela significativa no empreendedorismo, a representação feminina em cargos de liderança empresarial continua a ser diminuta.

Segundo os dados da 14ª edição do estudo da Informa D&B, "Presença Feminina nas Empresas em Portugal", apenas 30 por cento dos cargos de gestão das empresas são ocupados por mulheres, e essa proporção diminuiu para 27 por cento quando analisados os cargos de liderança.

## O caminho a seguir

O papel das mulheres na economia portuguesa passou por uma transformação notável desde a queda do Estado Novo. Avanços em direitos, educação e participação no mercado de trabalho marcaram uma rota de progresso, mas os desafios persistem.

À medida que Portugal avança rumo a uma economia mais inclusiva e equitativa, os sucessos e contribuições



das mulheres destacam-se em todos os setores. Investimentos contínuos em educação, políticas de igualdade e apoio ao empreendedorismo feminino são fundamentais para que todos, independentemente do género, possam prosperar e contribuir para o desenvolvimento económico e social do país.

Passados 50 anos do 25 de Abril, Portugal ainda só teve uma mulher na chefia do governo, Maria de Lurdes Pintassilgo, entre 1979 e 1980. Mas as mulheres ocupam-se hoje de

carreiras que estavam proibidas de exercer durante a ditadura, como a magistratura ou a diplomacia. Também não podiam integrar as forças armadas ou policiais.

Hoje as juízas são cerca de 60 por cento (61 por cento em 2021) e as diplomatas 32,6 por cento (2023). E em 2022 a percentagem de mulheres nas forças armadas já era 14 por cento, e de mais de oito por cento na Polícia de Segurança Pública (PSP) e Guarda Nacional Republicana (GNR). ●





## “As portas que Abril abriu” à Educação e Cultura

Em 1970 a taxa de analfabetismo em Portugal ultrapassava os 25 por cento, mas a democratização do ensino alterou esse cenário em poucos anos.

Os filmes até aí proibidos enchem salas, as peças de teatro censuradas sobem ao palco. O país ganha consciência da função social da cultura. E também do seu potencial económico.



>POR **CRISTINA GÓIS AMORIM**, GESTORA DA FILEIRA INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS NA DIREÇÃO COMERCIAL DA AICEP

Portugal foi durante mais de 40 anos um país fechado ao exterior, mergulhado no medo e no silêncio repressivo, com um vincado atraso em relação ao resto da Europa. Da obsessão pelo consenso, da oposição ao debate de ideias, a uma elite que instituiu a censura com o argumento de “proteger” o país, Portugal manteve-se à margem das grandes discussões culturais internacionais.

De livros a discos, do cinema ao teatro, da própria linguagem utilizada a qualquer outra manifestação cultural, nada escapava ao crivo do “lápiz azul”, com consequências incalculáveis para o desenvolvimento cultural do país.

De acordo com os dados do INE, a taxa de analfabetismo situava-se em 1970 nos 25,7 por cento, registando maior incidência nas mulheres do que nos homens, tendo decrescido nos anos subsequentes.

Entre as grandes transformações que chegaram com “*O dia inicial inteiro e limpo*”, nas palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, como o regime democrático, o fim da guerra colonial ou a fixação do salário mínimo, a democratização do acesso ao ensino foi, sem dúvida, uma das barreiras transpostas pelo 25 de abril, constituindo a Educação um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do país, após anos de estagnação ou mesmo de retrocesso em relação à restante Europa. Com uma nova abordagem aos métodos pedagógicos, o acesso ao ensino superior tornou-se não só inclusivo como ao alcance de todos.

Também o acesso à cultura aumentou exponencialmente no que respeita à oferta e diversidade cultural e ao número de espectadores. Terminado o isolamento ao mundo a que o Estado Novo remeteu Portugal, a abertura ao exterior trouxe uma maior liberdade de expressão e perceção da produção artística internacional. Nas artes plásticas destacam-se nomes como Vieira

da Silva, Júlio Pomar, Paula Rego, José de Guimarães, entre muitos outros.

Também o cinema ajudou a mudar as mentalidades, proporcionando o acesso a obras cinematográficas anteriormente censuradas. As sessões diárias de teatro duplicaram, o relatório mudou trazendo a palco espetáculos que até então haviam sido proibidos, como os textos de Brecht.

Os músicos portugueses tornaram-se uma espécie de “caixeiros-viajantes”, como referiu Sérgio Godinho, percorrendo o país com espetáculos, levando temas de José Afonso, José Mário Branco entre outros tantos músicos e poetas cujos textos tinham sido anteriormente proibidos.

## Da Revolução dos Cravos à Internacionalização

O país começava a tomar consciência não só da função social da Cultura pela capacidade de gerar uma mudança positiva na e para a sociedade, contribuindo em simultâneo para o bem-estar individual e coletivo e para o aumento da capacidade de resiliência às crises, como do seu elevado potencial económico, enquanto transmissor da identidade cultural do país.

Com a abertura ao mundo, a natureza empreendedora, inovadora e criativa dos portugueses, assim como a aptidão para potenciar a colaboração e a valorização da cooperação, atravessou fronteiras conquistando o reconhecimento internacional.

De acordo com a publicação do Instituto Nacional de Estatística “Estatísticas da Cultura de 2022” encontravam-se registadas 75.388 empresas dos setores culturais e criativos, com um volume de negócios a rondar os 6,71 mil milhões de euros, representando as exportações 238,1 milhões de euros, sendo o VAB de 2,5 mil milhões de euros.

## A língua portuguesa no mundo

Também a língua portuguesa, com uma multiplicidade de influências culturais, é hoje falada por mais de 260 milhões de pessoas nos 5 continentes, sendo o português uma das línguas mais difundidas pelo mundo, por cerca de 3,7 por cento da população mundial.

O português é a língua oficial de 10 países e territórios, incluindo Macau, dos quais nove são membros da CPLP. Os países de língua portuguesa repre-

sentam 3,6 por cento da riqueza total mundial, 5,48 por cento das plataformas marítimas, 16,3 por cento de disponibilidade global de reservas de água doce, 10,8 milhões de km<sup>2</sup>. A língua portuguesa é também língua oficial ou de trabalho em 32 organizações internacionais.

De acordo com as projeções das Nações Unidas, em 2050 serão quase 400 milhões de falantes de português e em 2100 mais de 500 milhões. Como referiu o poeta e diplomata Rui Knofli, a Língua portuguesa tenderá a ser uma “pátria coincidente” entre os vários espaços geográficos, traço distintivo e identitário da língua de Camões.

Com períodos mais ou menos conturbados, a Cultura e a Educação, entre outras áreas económicas e sociais, em muito beneficiaram com a abertura ao mundo e com um ensino inclusivo e acessível a todos, ainda que seja Abril um caminho em permanente construção, como tantas vezes lembrava o músico José Mário Branco:

*“Não largues esta mão no torvelinho  
Pois falta sempre pouco pra chegar  
Eu não meti o barco ao mar  
Pra ficar pelo caminho”*

INQUIETAÇÃO, José Mário Branco ●





## **UNIÃO EUROPEIA**

A abertura económica trouxe  
modernização e crescimento



Com a adesão à União Europeia (UE), depois do período pós-Revolução de Abril, a economia portuguesa começou a crescer. A criação do Mercado Único Europeu, já em 1993, Portugal fortaleceu as suas relações comerciais, especialmente com Espanha, França e Alemanha.

Esta evolução contribuiu para a modernização do país, aumentando a sua competitividade e atratividade para investimento estrangeiro, e colocou Portugal num caminho de desenvolvimento sustentável alinhado com as transições ecológica e digital da UE.

Portugal iniciou a sua abertura aos mercados daquela que é hoje a União Europeia em 1972, com o Acordo de Comércio Livre com a Comunidade Económica Europeia (CEE). Foi só alguns anos após a Revolução de 25 de Abril, já na década de 1980, que se começaram a adotar políticas de estabilização económica para preparar o país para a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE).

O Tratado de Adesão foi assinado a 12 de junho de 1985, e a efetiva entrada de Portugal na CEE a 1 de janeiro de 1986. A adesão à CEE representou uma oportunidade significativa para Portugal, principalmente após um período de desafios económicos acentuados pela inflação elevada, desemprego acima dos dois dígitos e retração do PIB em 1984.

A abertura da economia portuguesa ao exterior promoveu um período de crescimento económico e de modernização, com a abertura do comércio, atração de investimento estrangeiro e a integração de Portugal nos fluxos de fundos estruturais europeus destinados a fomentar a convergência entre os Estados-membros. A melhoria na competitividade das empresas portuguesas e o aumento da qualidade dos bens e serviços foram resultados da integração.

Num período de quase cinco décadas, de 1974 a 2023, ocorreram mudanças significativas no comércio interna-



cional português de bens. Em 1974, Portugal exportava 38,4 por cento dos seus bens para os países que hoje constituem a UE. Em 1994, já após a criação no Mercado Único europeu, essas exportações já tinham atingido os 69,8 por cento.

A criação do Mercado Único da União Europeia é um ponto de viragem para o comércio externo. Fundado a 1 de janeiro de 1993, garante a livre circulação de pessoas, capitais, mercadorias e serviços pelo território da União Europeia, promovendo a inovação e estimulando o comércio, o crescimento económico e a concorrência.

O Mercado Único da UE é atualmente composto pelos 27 Estados-membros e por países terceiros, sendo que a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega participam na qualidade de membros do Espaço Económico Europeu. Por

sua vez, a Suíça faz parte devido a uma série de acordos bilaterais com a UE que dão ao país um acesso parcial ao Mercado Único.

Com um PIB de 14.522 mil milhões de euros em 2021 e responsável por 56 milhões de postos de trabalho, o Mercado Único é essencial para a estratégia industrial da UE, impulsionando a transição ecológica e digital e promovendo uma economia circular e respeitadora do clima. Assim, o Mercado Único foi responsável pela transformação da UE num dos blocos comerciais mais poderosos do mundo, a par de outras potências comerciais como os Estados Unidos da América e a China.

Para Portugal, a participação no Mercado Único trouxe várias vantagens e ampliou as oportunidades para as empresas portuguesas num mercado

interno com cerca de 447 milhões de consumidores, estimulando a competitividade e o crescimento económico.

Após a viragem do milénio, em 2004 as exportações para a UE já atingiam 72,1 por cento, seguindo-se uma descida para 64,7 por cento em 2014, reflexo da crise financeira que afetou muitos países europeus. Contudo, em 2023, as exportações portuguesas para a UE recuperaram, alcançando 70,2 por cento, indicando uma retoma no crescimento económico e um reforço das relações comerciais.

No conjunto dos mercados europeus, Espanha é o que mais se destaca com um aumento de 23,7 pontos percentuais na sua quota de exportação, de 2,1 por cento em 1974 para 25,8 por cento em 2023. Este crescimento sublinha o aprofundamento dos laços económicos entre Portugal e o seu vizinho ibérico.

A seguir a Espanha, França revela-se como a segunda maior ascensão enquanto cliente das exportações portuguesas, aumentando 7,1 pontos percentuais. No top 3 está ainda a Alemanha, uma das principais potências económicas europeias, que também registou um crescimento, aumentando 2,7 pontos percentuais, de 8,1 por cento para 10,8 por cento. Mas não foi só nas relações comerciais que o Mercado Único se revelou vantajoso. Também foi fundamental para o êxito da transição ecológica e da transição digital na UE e um elemento central da nova estratégia industrial da UE. É o motor da competitividade, do crescimento e da recuperação após a crise da Covid-19. E ao contribuir para as transições ecológica e digital, desempenha um papel decisivo na transição para uma economia circular e mais respeitadora do ambiente.

Em relação à transição ecológica, em dezembro de 2023, foi estabelecido um acordo provisório sobre novas normas de conceção ecológica dos

produtos sustentáveis, que estabelece requisitos mínimos para quase todos os produtos vendidos na UE. Esses requisitos dizem respeito à durabilidade, possibilidade de reutilização, melhoramento e reparação dos produtos, ou remanufatura e reciclagem, e referem-se também à eficiência energética e dos recursos. Além disso, o regulamento inclui um novo

“passaporte digital dos produtos”, que fornece às empresas e aos consumidores informações sobre o respetivo impacto ambiental, facilitando a reciclagem, a reparação e o rastreio de substâncias perigosas ao longo da cadeia de abastecimento.

Por sua vez, o Mercado Único digital visa eliminar os obstáculos que os ci-

## COMÉRCIO INTERNACIONAL PORTUGUÊS DE BENS

	EXPORTAÇÃO					
	1974	1984	1994	2004	2014	2023
<b>UNIÃO EUROPEIA (em 2023)<sup>a</sup></b>	<b>38,4</b>	<b>53,1</b>	<b>69,8</b>	<b>72,1</b>	<b>64,7</b>	<b>70,2</b>
<b>UNIÃO EUROPEIA (no ano)<sup>b</sup></b>	<b>48,4</b>	<b>57,5</b>	<b>76,8</b>	<b>81,3</b>	<b>70,8</b>	<b>70,2</b>
Alemanha	8,1	13,7	19,2	13,4	11,7	10,8
Áustria	1,5	1,0	1,0	0,6	0,6	0,5
Bélgica				4,2	2,7	2,6
Bélgica e Luxemburgo	2,8	3,3	3,7			
Bulgária	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2
Chéquia			0,0	0,3	0,7	0,8
Chipre	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Croácia			0,0	0,0	0,0	0,1
Dinamarca	2,4	1,6	2,3	0,8	0,6	0,6
Eslováquia			0,0	0,1	0,2	0,7
Eslovénia			0,0	0,1	0,1	0,1
Espanha	2,1	4,4	14,7	26,1	23,5	25,8
Estónia			0,0	0,0	0,1	0,1
Finlândia	2,0	1,4	1,0	0,7	0,5	0,5
França	5,9	12,4	15,0	13,8	11,8	13,0
Grécia	0,3	0,3	0,5	0,4	0,4	0,3
Hungria	0,1	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5
Irlanda	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,7
Itália	3,2	4,3	3,4	4,4	3,2	4,2
Letónia			0,0	0,0	0,0	0,1
Lituânia			0,0	0,0	0,1	0,1
Luxemburgo				0,1	0,2	0,2
Malta	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Países Baixos	2,5	5,9	5,5	4,1	4,0	3,5
Polónia	0,3	0,0	0,0	0,4	1,0	1,4
Roménia	0,2	0,2	0,0	0,1	0,6	0,8
Suécia	6,2	3,6	2,3	1,2	1,0	1,4

Fonte: INE; Unidade: % do Total

Notas: (a) considerando os países que atualmente constituem a UE; (b) considerando os países que constituíam a UE no ano em análise



dados e as empresas têm de enfrentar quando utilizam ferramentas e serviços *online*, abrindo novas oportunidades para as empresas e criando um ambiente em que os serviços digitais podem prosperar. O pacote sobre os serviços digitais compreende o Regulamento dos Serviços Digitais (visa criar um espaço digital mais seguro para os utilizadores e as empresas e proteger os direitos fundamentais no mundo digital) e o Regulamento dos Mercados Digitais (centra-se na garantia de condições de concorrência equitativas para todas as empresas digitais, a fim de garantir um setor digital competitivo e justo, promovendo simultaneamente o crescimento e a inovação), com o objetivo de se conseguir uma melhor governação do espaço digital e dos serviços digitais, incluindo as plataformas de redes sociais.

As crises mais recentes demonstraram que o bom funcionamento do Mercado Único é essencial. Especialmente durante a pandemia da Covid-19 e a atual invasão da Ucrânia pela Rússia, sendo que a UE está a trabalhar para

reforçar a sua autonomia estratégica, protegendo as cadeias de abastecimento e reduzindo as dependências externas. Desta forma, tem adotado medidas para reforçar a resiliência do Mercado Único, manter o investimento e apoiar as empresas.

Em fevereiro deste ano, foi criado o Instrumento de Emergência do Mercado Único (IEMU), que tem como objetivo antecipar, preparar e responder ao impacto de crises futuras,

recorrendo à força do mercado interno. Com base nos ensinamentos retirados das crises mais recentes, este novo mecanismo reforçará o mercado interno em tempos de crise, facilitando a circulação de bens, serviços e pessoas; monitorizando as cadeias de abastecimento; e garantindo o acesso a bens críticos.

A adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), agora União Europeia (UE), marcou o início de uma era de profunda transformação e crescimento económico, impulsionada pela abertura de mercados e pela integração no Mercado Único Europeu. Ao longo de quase cinco décadas, Portugal beneficiou desta integração, não apenas no fortalecimento das relações comerciais com outros Estados-membros, mas também através do acesso a fundos estruturais europeus, que apoiaram a modernização e a competitividade da economia portuguesa. A participação no Mercado Único e a adoção de políticas voltadas para a transição ecológica e digital representam passos decisivos para assegurar um desenvolvimento sustentável e resiliente, posicionando Portugal e a UE como líderes na economia global, prontos para enfrentar os desafios do futuro com autonomia estratégica, inovação e solidariedade. ●



## GRUPO YELCO

### Transformação digital acelera internacionalização no setor das telecomunicações

O Grupo Yelco, composto pela Yelco Technologies e pela Twoosk, tem-se destacado na transformação digital no setor de telecomunicações. Dedicou-se ao desenvolvimento de soluções para a construção de redes de fibra ótica e criou uma plataforma digital B2B, a Twoosk, presente em mais de 150 países.



A Yelco Technologies fornece soluções para o mercado de telecomunicações e desenvolve produtos de fibra ótica utilizados por grandes operadores, como a Vodafone e a NOS. A maioria desses produtos é fabricada em Portugal e inclui artigos para *datacenters* e redes de clientes. A empresa iniciou a sua internacionalização em 2017 com produtos e serviços personalizados, abrangendo desde o *design* até a embalagem final.

A história da Yelco começa em 2014, com a criação da C3T Technologies, que levaria mais tarde à formação da Yelco Technologies. Fundada por André Manteigas e Paulo Santos, a empresa cresceu rapidamente. No ano seguinte desenvolveu uma gama mais ampla de produtos e integrou novas soluções. Passou a ter nove colaboradores. Neste período, adquiriu parte da Globalwire, que mais tarde seria incorporada à Yelco Technologies. A evolução continuou em 2016, com a criação da Twoosk.

Entre 2016 e 2018, a empresa consolidou a sua posição adquirindo as

participações dos sócios na C3T e na Globalwire, preparando o terreno para uma fase de expansão significativa.

Em 2021 houve um *rebranding*, a empresa passou a designar-se Yelco e a operar sob uma única marca para facilitar a internacionalização e reduzir a dispersão de esforços. Foi também

criado um polo produtivo em Proença-a-Nova, em 2023, com uma equipa de 15 pessoas, fortalecendo a capacidade produtiva da empresa.

Hoje a Yelco conta com 53 colaboradores e prevê contratar mais pessoas nos próximos meses acompanhando o crescimento internacional do negócio.





Em 2023, o valor de exportação da Yelco foi de aproximadamente 650 mil euros, e em 2024 espera-se que este valor atinja cerca de 3 milhões de euros, sete vezes mais. Esse valor representa 30 por cento do volume de faturação esperado e indica um crescimento significativo na contribuição das exportações para a receita total da empresa.

A estratégia de internacionalização da Yelco envolveu um *rebranding* significativo e um reposicionamento no mercado, com aposta na transformação digital e na criação de uma imagem forte e diferenciada. Essa abordagem teve como resultado uma maior visibilidade nas feiras internacionais e novos contratos com clientes estrangeiros.

A Yelco está presente em diversos mercados internacionais, que vão da Austrália aos Estados Unidos. Para 2024, os planos da empresa passam pela expansão nos Estados Unidos, onde já estabeleceu uma parceria importante. Além disso, a Yelco tem projetos em desenvolvimento na Bélgica, com uma encomenda de cerca de 1,7

milhões de euros por ano durante 5 anos, e está a iniciar operações no Reino Unido e Alemanha, onde deverá superar o volume de encomendas de 2023.

A Twoosk, por sua vez, serve como um catalisador para a expansão internacional da Yelco, sendo que 85 por cento do seu negócio é internacional. Integra um *marketplace* que junta fornecedores e consumidores de produtos de telecomunicações em mais de 150 países. A plataforma não só facilita a entrada em novos mercados como também oferece serviços de *marketing* digital B2B, ajudando as empresas a aumentar a sua pegada digital a um custo reduzido.

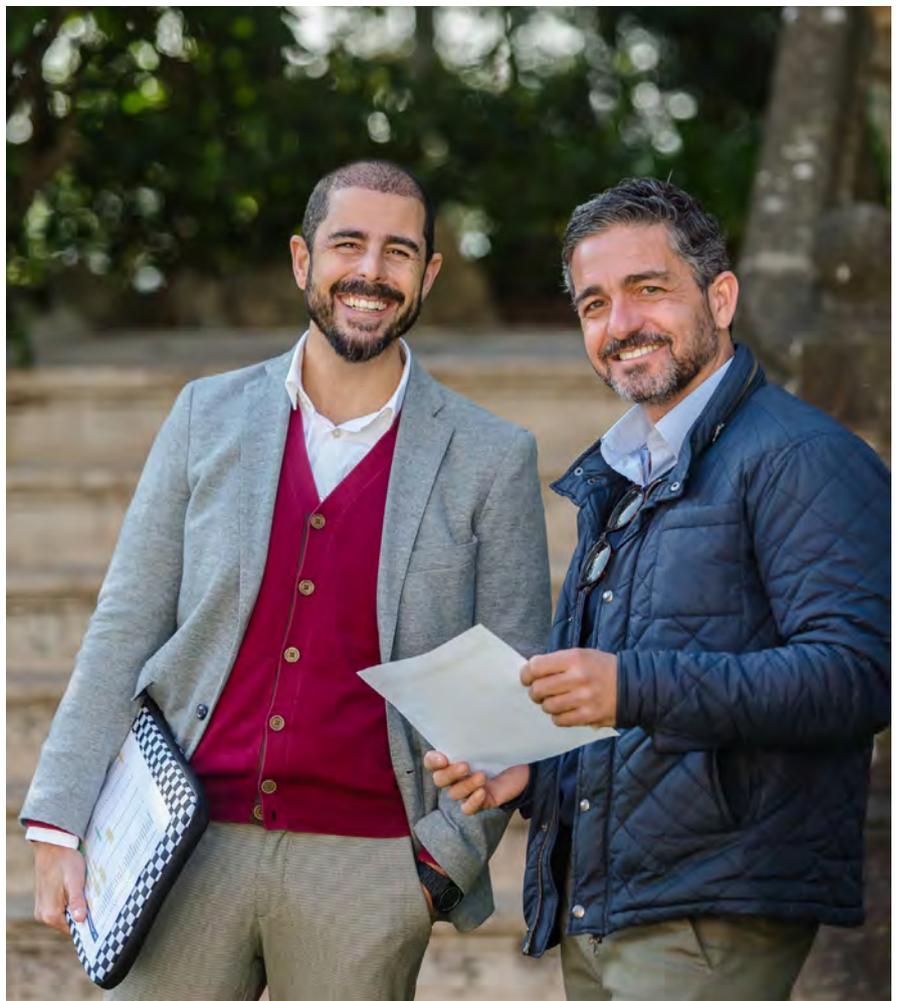
A pandemia de Covid-19 acelerou o investimento da Yelco na transformação digital, um processo já considerado fundamental. A empresa adotou diver-

sas plataformas e processos que facilitam o acesso à informação e a tomada de decisões baseadas em dados.

O CEO do Grupo Yelco, André Manteigas, destaca que "*este desenvolvimento interno reflete-se depois nos clientes através da agilização de processos, aplicação de novas formas de comunicação digital e também novos processos de interação com os clientes durante o processo de desenvolvimento de produto.*"

André Manteigas sublinha o compromisso da Yelco com a inovação contínua e o crescimento sustentável, tanto no mercado interno quanto internacional. A trajetória da Yelco evidencia a importância da transformação digital e da estratégia centrada na internacionalização para empresas. ●

[www.yelco.tech](http://www.yelco.tech)





## Cinquenta anos de evolução na abordagem à sustentabilidade

Portugal mudou ao longo das últimas cinco décadas. Foram implementadas transformações estruturais nas esferas económica, social e política. Do ponto de vista ambiental, o país também evoluiu de uma quase ausência de preocupações para um perfil de 'bom aluno' da sustentabilidade, um país que segue as boas práticas internacionais e que hoje se posiciona no 18º lugar no *ranking* mundial do desenvolvimento sustentável.

POR ANDREA VALENTE E ISABEL MARQUES, GRUPO DE TRABALHO ESG DA AICEP

Se o ano de 1974 marcou o início de um período de transição para a democracia, foi a integração na então designada Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, que delimitou o início de uma nova fase na história económica do país. Contudo, e à semelhança de padrões evidenciados noutros países da União Europeia (UE), começaram também a surgir preocupações relativamente ao perfil de dependência económica em determinados setores. Sobretudo a partir de

finais da década de 1990, tornaram-se visíveis as crescentes desigualdades sociais e a preocupação com a sustentabilidade ambiental, advinda da proliferação de práticas nocivas para as sociedades e para a própria economia.

A crise económica e financeira mundial iniciada em 2008 trouxe para a Europa, e para Portugal em particular, consequências profundas, dando o mote para a introdução de políticas de austeridade e de reformas estruturais para

restaurar a sustentabilidade financeira do país. Tornava-se, neste contexto, ainda mais premente a necessidade de implementar estratégias de desenvolvimento que encarassem de forma integrada a dimensão económica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Por esta razão, sobretudo ao longo da última década, e mais recentemente, como resposta aos desafios da pandemia Covid-19, Portugal tem vindo a apostar na transição para uma economia mais verde, inclusiva e sustentável

através de um investimento na educação, na tecnologia e inovação. Aqui radica a lógica e o espírito do Plano de Recuperação e Resiliência português.

## Aprender com a história recente e com as práticas nocivas

O posicionamento de Portugal em lugares cimeiros dos *rankings* do desenvolvimento sustentável é produto de uma estratégia que pretende contribuir para uma economia e sociedade mais resiliente e ambientalmente sustentável. E esta visão é fruto de um conjunto de exigências, tanto internas como externas. Decorre, por um lado, da observação dos efeitos nefastos que um conjunto de práticas económicas e empresariais reiteradas trouxe para o ambiente, contribuindo para a destruição de ecossistemas e para a agudizar das alterações climáticas. Apesar de hoje ser difícil de imaginar, sobretudo para as camadas mais jovens, em Portugal era frequente a ocorrência de incidentes ambientais que, estando na origem de alguns escândalos mediáticos, serviram, contudo, para despertar a opinião pública e exigir respostas por parte das autoridades.

Na década de 1990 foram vários os casos de descargas de resíduos no mar ao longo da costa portuguesa. Em 1999, por exemplo, houve um derramamento de petróleo ao largo da costa de Matosinhos, causando danos ao ecossistema marinho e atividades pesqueiras, depois de, em 1996, ter havido fugas de crude para estações de tratamento de águas residuais na mesma zona. Também o rio Tejo, maior rio da Península Ibérica, era conhecido pelos problemas de poluição industrial. Em 1998, houve um grande derramamento de produtos químicos no rio, causando danos significativos para a vida aquática e meio ambiente, mas mais recentemente, em 2015, a Quercus veio

considerar a poluição do rio como um dos piores factos ambientais desse ano. Ao longo do território nacional, sobretudo em áreas urbanas e industriais, foram vários os casos de contaminação do solo e da água devido a atividades industriais, gerando preocupação com a saúde pública e a necessária introdução de medidas de mitigação ambiental. A poluição atmosférica em algumas cidades, como Lisboa e Porto, é uma preocupação incontornável, que está na base das exigências das populações relativamente à melhoria da qualidade do ar.

A ocorrência frequente de incêndios também se encontra na lista dos incidentes ambientalmente mais preocupantes em Portugal, numa análise histórica. O incêndio ocorrido em 2017 foi dos mais graves, resultando inclusivamente em dezenas de mortes e em danos extensivos nos habitats naturais. Foi um dos eventos que mais debate nacional gerou sobre o impacto das políticas e da necessidade de uma estratégia responsável por parte da classe governativa. Exemplos adicionais são os respeitantes aos projetos de infraestruturas, considerados ambientalmente e socialmente controversos pelo seu impacto no ambiente e nas comunidades.

## Nova regulamentação, nova mentalidade

A ocorrência de práticas nefastas não acaba por decreto. Por outro lado, as ações que anteriormente eram correntes não viram os seus efeitos circunscritos no tempo e no espaço. Exigem uma mudança estrutural na forma como produzimos, consumimos e reutilizamos, por forma a mitigar ou adaptar a economia e formas de organização da sociedade aos novos desafios ambientais.

Por isso, Portugal está hoje a adotar estratégias no sentido de destacar a importância da proteção ambiental

e da gestão sustentável dos recursos naturais para garantir a saúde e o bem-estar das comunidades e a preservação do meio ambiente. Aqui se inserem, por exemplo: o compromisso em acelerar a concretização do Plano Nacional Energia e Clima 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050; o Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) apresentado em 2017; e várias outras Agendas no âmbito da Estratégia Portugal 2030.

Neste sentido, é hoje cada vez mais difícil para as empresas negligenciarem a necessidade de estratégias de sustentabilidade. É hoje imperativo que as empresas enveredem por políticas que equacionem simultaneamente a forma como as suas atividades irão afetar o ambiente, bem como a forma como os fatores ambientais terão influência na continuidade ou descontinuidade dos seus modelos de negócio (análise da materialidade).

Em cinquenta anos, o país e as empresas evoluíram visivelmente na forma como veem a economia e papel das empresas, no cruzamento com o ambiente e a sociedade. Evoluíram porque o curso do desenvolvimento económico estava a dirigir-se no sentido da destruição das fronteiras planetárias; porque as novas regulamentações internacionais exigem um reporte financeiro e não financeiro relacionado com o clima (ESG); porque os consumidores e a sociedade civil em geral estão cada vez mais atentos à performance sustentável das empresas e das organizações; e porque se torna cada vez mais claro que as organizações sustentáveis são mais resilientes a situações de crise.

Cinquenta anos de democracia trouxeram a Portugal uma maturidade política. Entendida como o amadurecimento responsável da interação entre as dimensões económica, ambiental e social, a sustentabilidade é o outro lado dessa mesma moeda. ●

# FACTOS & TENDÊNCIAS

## Países da OCDE deverão emitir valor máximo de dívida soberana em 2024

“Global Debt Report 2024” – OCDE, março de 2024

Os países da OCDE deverão emitir 15,8 bilhões de dólares de dívida pública em 2024, superando os 15,4 bilhões registados em 2020. Este valor máximo deve-se sobretudo à necessidade de refinanciamento de obrigações, segundo o primeiro relatório da dívida mundial da OCDE.

Nos últimos 15 anos, os *stocks* de dívida soberana têm aumentado consideravelmente, representando, no final de 2023, um rácio de 83 por cento do PIB dos países da OCDE – um aumento de 30 por cento em relação a 2008, embora nos últimos dois anos, se tenha verificado uma redução superior a 10 por cento no rácio, devido à inflação.

Os EUA representam cerca de metade dos 54 bilhões de dólares do *stock* total de dívida dos países da OCDE, seguidos pelos países da União Europeia (20 por cento), Japão (16 por cento) e Reino Unido (6 por cento). Globalmente, a dívida aproxima-se dos 100 bilhões de dólares, valor similar ao PIB mundial.

[CONSULTAR](#)

## Digitalização acelera crescimento económico e cria emprego

“Digital Progress and Trends Report 2023” - Banco Mundial, março de 2024

A digitalização tem impulsionado a inovação, crescimento económico e emprego. O valor acrescentado no setor dos serviços de tecnologias de informação (TI) cresceu anualmente 8 por cento no período 2000-2022, quase duas vezes mais rápido do que na economia global. O crescimento anual do emprego nos serviços de TI foi de 7 por cento por cento, sendo seis vezes superior ao crescimento total do emprego.

A adesão ao digital acelerou desde a

pandemia de Covid-19, com 1,5 mil milhões de novos utilizadores de internet entre 2018 e 2022. A percentagem de empresas que investem em soluções digitais em todo o mundo mais do que duplicou entre 2020 e 2022. No entanto, os países de baixo rendimento, as populações vulneráveis e as pequenas empresas têm ficado para trás, enquanto as inovações digitais transformadoras, como a inteligência artificial (IA), têm vindo a acelerar nos países de rendimento mais elevado. A crescente exclusão digital está a aumentar a diferença de produtividade entre as economias mais ricas e as mais pobres.

[CONSULTAR](#)

## Incerteza, acesso a matérias-primas e segurança energética são desafios em 2024

“Global Economic Survey 2024” – Eurochambres, fevereiro de 2024

A incerteza quanto às cadeias de fornecimento globais, o acesso às matérias-primas e a segurança energética são apontados pelas empresas como os principais desafios económicos globais em 2024, segundo o estudo “Global Economic Survey 2024”.

Para a União Europeia estima-se um crescimento de 1,25 por cento, inferior ao projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de 1,4 por cento. As Câmaras de Comércio britânica e norte-americana antecipam taxas de crescimento de aproximadamente 0,4 por cento e 1,3 por cento, respetivamente. Nas economias asiáticas, a Coreia do Sul projeta um crescimento de 2,1 por cento, ligeiramente abaixo da estimativa do FMI de 2,2 por cento, enquanto a China apresenta uma perspetiva alinhada com as previsões do FMI, prevendo um crescimento estável na ordem dos 4,2 por cento.

[CONSULTAR](#)

## Comércio global de alimentos atinge os 1,7 biliões de dólares

“Trade in Processed Food” – UNCTAD e OMS, Janeiro de 2024

Um estudo elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Mundial de Saúde (OMS) revela que o comércio global de alimentos cresceu até 350 por cento entre 2000 e 2021, cifrando-se nos 1,7 biliões de dólares e correspondendo agora a 8 por cento do total de mercadorias transacionadas a nível mundial.

[CONSULTAR](#)

## Empresas despenderam 2,6 mil milhões de euros em I&D em 2022

“As empresas com mais despesa em atividades de I&D em 2022” – DGEEC, fevereiro de 2024

A despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das empresas em Portugal ascendeu a 2.566 milhões de euros em 2022, representando 62 por cento do total nacional e 1,06 por cento do PIB, segundo um estudo da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

O documento adianta ainda que as 100 empresas com mais despesa em I&D correspondem a mais de metade dessa despesa (52 por cento) e por 34 por cento dos recursos humanos que trabalham na área de I&D nas empresas.

[CONSULTAR](#)

## Data centres representam mais de 1,8 por cento da eletricidade consumida na UE

“Energy Consumption in Data Centres and Broadband Communication Networks in the EU” – Comissão Europeia, fevereiro de 2024

O consumo energético dos *data centres* representou entre 1,8 por cento e 2,6 por

cento do consumo total de eletricidade da União Europeia (UE), estimado entre os 45 e 65 TWh em 2022, segundo um estudo da Comissão Europeia. Quanto às redes de telecomunicações, estima-se um consumo entre 25 e 30 TWh, representando entre 1 por cento e 1,2 por cento da utilização total de eletricidade da UE.

[CONSULTAR](#)

## Mais de metade das empresas nacionais ainda não adotou soluções de segurança com IA

**“Estado da Cibersegurança em Portugal” – Microsoft, fevereiro 2024**

Cerca de 54 por cento das empresas portuguesas ainda não adotou soluções de segurança com inteligência artificial (IA), segundo um estudo da Microsoft. Entre as principais ciberameaças que as organizações portuguesas enfrentam estão o *phishing* ou captura de dados (70 por cento), os *softwares* malignos com encriptação de dados e pedido de resgate (63 por cento) e os ataques DDoS de interrupção de um serviço (29 por cento). A adoção de soluções de segurança com IA por parte das empresas portuguesas cifrou-se nos 21 por cento. Metade das empresas contactadas indicou ter investido mais em cibersegurança nos últimos anos, destacando-se a instalação de antivírus e deteção *malware* (81 por cento), medidas de autenticação fortes para o acesso a sistemas críticos (71 por cento) e *firewalls* (61 por cento).

[CONSULTAR](#)

## Angola – Nova pauta aduaneira

**“Publicada a nova pauta aduaneira dos direitos de importação e exportação” – PwC, janeiro de 2024**

Pelo Decreto Legislativo Presidencial nº1/24, de 3 de janeiro, foi aprovada a nova Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação angolanos.

[CONSULTAR](#)

## Equador – Aumento do IVA

**“Ecuador to raise VAT rate to 13 por cento in April 2024, with**

**possible increase to 15 por cento” – Vatupdate, fevereiro de 2024**

O governo ecuatoriano aumentou a taxa normal do IVA de 12 para 13 por cento, a partir de 1 de abril de 2024, com possibilidade de uma subida suplementar para 15 por cento, posteriormente, para reforçar o financiamento da luta contra o narcotráfico.

[CONSULTAR](#)

## Timor-Leste – Adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC)

**“Timor-Leste become WTO member” – CGTN, fevereiro de 2024**

Timor-Leste assinou a 26 de fevereiro de 2024 o protocolo de adesão à OMC, tornando-se assim membro efetivo da organização.

[CONSULTAR](#)

## Índice de bem-estar de Portugal situava-se em 87 por cento do da UE em 2022

**Bem-estar e PIB *per capita* em Portugal face à UE, Banco de Portugal – março de 2024**

O índice de bem-estar de Portugal situava-se em 87 por cento do da UE em 2022, refletindo um menor consumo, mais horas trabalhadas e uma maior desigualdade, apenas parcialmente compensados por uma maior esperança de vida. A avaliação do nível de vida em Portugal face à UE com base neste indicador é mais favorável do que a sugerida pelo PIB *per capita*. A análise revela também uma aproximação do bem-estar de Portugal ao da média da UE entre 1995 e 2022, apenas interrompida no período da crise da dívida soberana.

[CONSULTAR](#)

## Títulos de dívida ESG emitidos atingiram em fevereiro os 11 mil milhões de euros

**Títulos de dívida ESG emitidos por entidades residentes, Banco de Portugal – março de 2024**

Os títulos de dívida ESG emitidos por entidades residentes atingiram em fevereiro os 11 mil milhões de euros e pertenciam maioritariamente à categoria ESG Verde (7,4 mil milhões de euros), ou seja, títulos cujos recursos se destinam a financiar projetos relacionados com a proteção do meio ambiente. Foram ainda emitidos 2.000 milhões de euros de títulos classificados na categoria ESG ligados à sustentabilidade (títulos cujos recursos podem ser utilizados sem restrições, mas em que as entidades se comprometem a cumprir objetivos ESG pré-definidos), e 1.000 milhões de euros de títulos classificados na categoria ESG social (cujos recursos se destinam a financiar projetos com um impacto social positivo).

[CONSULTAR](#)

## Novo Monitor Estatístico Europeu mostra diminuição da produção industrial da UE e queda da inflação

**European Statistical Monitor, Eurostat – março de 2024**

O Eurostat lançou o Monitor Estatístico Europeu, um painel com indicadores de curto prazo que abrangem diferentes áreas, como a economia, o ambiente, as empresas, a saúde e o trabalho. Os dados apresentados nesta nova ferramenta apontam, por exemplo, para a diminuição da produção industrial da UE num cenário que é também de diminuição da inflação e do desemprego.

O Monitor Estatístico Europeu foi concebido para acompanhar os desenvolvimentos na UE como um todo e é atualizado mensalmente. Evoluiu a partir do Painel Europeu de Recuperação Estatística, que acompanhava o progresso durante o período de recuperação da Covid-19. A nova interface facilita a comparação de tendências e desenvolvimentos em diferentes países e períodos.

[CONSULTAR](#)

# notícias

# AICEP



## Portugal atinge novo recorde de investimento estrangeiro de 3,5 mil milhões em 2023

Portugal alcançou um novo recorde de investimento estrangeiro em 2023, com a AICEP a angariar 3,5 mil milhões de euros.

A AICEP angariou 36 novos projetos de investimento direto estrangeiro (IDE) para Portugal, em 2023, representando um investimento total de 2.739 milhões de euros e a criação de 6.810 postos de trabalho. Destes, 14 são projetos industriais, uma subida de cerca de 30 por cento em relação ao ano anterior, em áreas como o setor automóvel, dispositivos médicos e equipamentos industriais.

Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Alemanha, Bélgica, China, Dinamarca, Espanha e Suíça são alguns dos países investidores, refletindo uma diversificação da origem do IDE.

*"O nosso trabalho deve ser essencialmente na atração de investimentos produtivos e reprodutivos, com intensidade de capital e tecnológica, que produzam bens transacionáveis, que apreciem qualificações e salários e com elevado valor acrescentado bruto",* referiu o presidente da AICEP, Filipe Santos Costa, em entrevista ao jornal Público.

Já os reinvestimentos totalizaram 719 milhões de euros, provenientes de 12 projetos que preveem a criação de 1.526 empregos, demonstrando a renovada confiança das empresas estrangeiras e nacionais no país.

O novo recorde de 3,5 mil milhões de investimento angariado, em 2023, pela AICEP mostra que Portugal continua a ser um destino de investimento atrativo e dinâmico, impulsionando a inovação e o crescimento económico.

## AICEP lança Curso ESG de A a Z do Relato de Sustentabilidade

A AICEP lançou na Conferência ESG para PME Exportadoras: Sensibilização e Capacitação, o Curso ESG de A a Z do Relato de Sustentabilidade, mais uma iniciativa do Programa ESG PME Exportadoras, com o objetivo de capacitar as empresas portuguesas no âmbito do ESG (*Environmental, Social and Governance*).



O Curso ESG de A a Z do Relato de Sustentabilidade visa sensibilizar e capacitar as PME Exportadoras para a temática do ESG, dotá-las de ferramentas de diagnóstico – autoavaliação do nível de maturidade em termos de compromisso e indicadores ESG –, agilizar os processos de relato e comunicação de desempenho ESG e disponibilizar mecanismos de informação dos desenvolvimentos nesta área protagonizados por autoridades internacionais, agentes públicos e privados.

*"A AICEP aposta num Portugal Sustentável. Aproveitando a presença do ex-Secretário de Estado do Ambiente, José Eduardo Martins, e do ex-Ministro do Ambiente, João Pedro Matos*

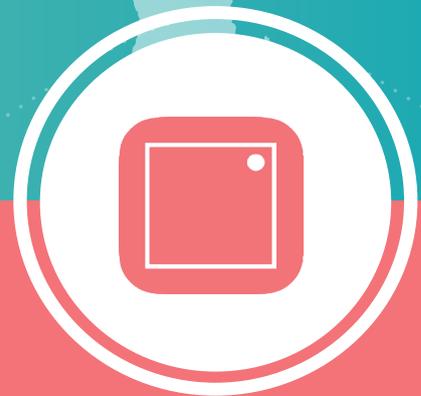
Fernandes, destaco a crescente diminuição da importação de combustíveis fósseis, que fez a nossa balança comercial passar de negativa em 2022 para positiva em 2023. Tendência que se mantém em 2024 e é fruto do sucesso de Portugal na transição energética, com menos 15,85 por cento de gás natural importado em 2023 face a 2022, por que com mais energias renováveis e endógenas", referiu o presidente da AICEP, Filipe Santos Costa. O Curso ESG de A a Z do Relato de Sustentabilidade tem especial foco nas PME que exportam, sendo também impacta-

das pelo ESG através da sua inserção nas cadeias de valor desses mercados. Desenvolvido em parceria com o Instituto de Conhecimento da Abreu Advogados, com a coordenação científica de Lucila de Almeida, Abreu Chair in ESG Impact, NOVA School of Law, e a colaboração de José Eduardo Martins, Partner da Abreu Advogados, e João Pedro Matos Fernandes, Consultor Sénior, o curso é adequado a todos os colaboradores de PME Exportadoras, desde os que ocupam cargos de direção e decisão estratégica até aos níveis de supervisão e execução. A sensibilização e capacitação

de todos os colaboradores é fundamental para garantir que a temática ESG seja inserida na cultura corporativa de forma transversal e holística.

Já a Conferência ESG para PME Exportadoras: Sensibilização e Capacitação também contou com a participação do Presidente do Instituto do Conhecimento, Luís Barreto Xavier, e do Partner da Abreu Advogados Diogo Pereira Duarte. O Curso ESG de A a Z do Relato de Sustentabilidade está disponível *online* na plataforma de *e-learning* da Academia AICEP. A conferência também pode ser visualizada aqui.

# APP REGISTO VIAJANTE



## #1

ACESSO A CONTACTOS EM CASO DE CRISE

## #2

AUXÍLIO EM CASO DE EMERGÊNCIA

## #3

REGISTO FÁCIL E VOLUNTÁRIO

## #4

RÁPIDA LOCALIZAÇÃO DA PESSOA REGISTADA



APP REGISTO VIAJANTE

# COSEC

## Tabela classificativa de países

### Para efeitos de Seguro de Crédito à exportação

A Portugalglobal e a COSEC apresentam-lhe uma Tabela Classificativa de Países com a graduação dos mercados em função do seu risco de crédito, ou seja, consoante a probabilidade de cumprimento das suas obrigações externas, a curto, a médio e a longo prazos. Existem sete grupos de risco (de 1 a 7), corres-

pondendo o grupo 1 à menor probabilidade de incumprimento e o grupo 7 à maior.

As categorias de risco assim definidas são a base da avaliação do risco país, da definição das condições de cobertura e das taxas de prémio aplicáveis.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	
Singapura* Taiwan	Arábia Saudita Brunei China • EAU <sup>a</sup> Gibraltar Hong Kong Koweit Macau Malásia Qatar	Barbados Botswana Bulgária Croácia Dep/ter Austr. <sup>b</sup> Dep/ter Din. <sup>c</sup> Dep/ter Esp. <sup>d</sup> Dep/ter EUA <sup>e</sup> Dep/ter Fra. <sup>f</sup> Dep/ter N. Z. <sup>g</sup> Dep/ter RU <sup>h</sup> Filipinas Ilhas Marshall Índia Indonésia Marrocos • Maurícias México • Micronésia Palau Peru Roménia Tailândia Trind. e Tobago Uruguai	África do Sul • Bahamas Brasil • Colômbia Costa Rica Dominicana. Rep. Guatemala Omã Panamá Sérvia Vietname	Albânia Argélia Aruba Azerbaijão Bangladesh Cazaquistão C. do Marfim Curaçau Fiji Geórgia Guiana Honduras Jordânia Macedónia Paraguai S. Vic. e Gren. Santa Lúcia Senegal Turquia Uzbequistão	Angola Arménia Bahrein Benim Bósnia e Herzegovina Butão Cabo Verde Camarões Cambodja Comores Dominica Egito Equador Eswatini Jamaica Kiribati Kosovo Lesoto Montenegro Namíbia Nauru Nepal Nigéria Papua–Nova Guiné Ruanda Samoa Oc. Seicheles Tanzânia Timor-Leste Togo Tuvalu Uganda Vanuatu	Afeganistão Ant. e Barbuda Argentina Belize Bielorússia Bolívia Burkina Faso Burundi Cent. Af. Rep. Chade Cisjordânia / Gaza Congo Congo. Rep. Dem. Coreia do Norte Cuba Djibouti El Salvador Eritreia Etiópia Gabão Gâmbia Gana Grenada Guiné Equatorial Guiné. Rep. da Guiné-Bissau Haiti Irão Iraque Iemen Laos Libano Libéria Líbia Ucrânia Madagáscar	Malawi Maldivas Mali Mauritânia Moçambique Moldávia Mongólia Myanmar Nicarágua Níger Paquistão Quênia Quirguistão Rússia S. Crist. e Nevis S. Tomé e Príncipe Salomão Serra Leoa Síria Somália Sri Lanka Sudão Sudão do Sul Suriname Tadjiquistão Tonga Tunísia • Turquemenistão Venezuela Zâmbia Zimbabué

Fonte: COSEC - Companhia de Seguro de Créditos. S.A.

\* País pertencente ao grupo 0 da classificação risco-país da OCDE. Não é aplicável o sistema de prémios mínimos.

• Mercado de diversificação de oportunidades

#### NOTAS

- a) Abu Dhabi, Dubai, Fujairah, Ras Al Khaimah, Sharjah, Um Al Quaiwain e Ajma  
b) Ilhas Norfolk  
c) Ilhas Faroe e Gronelândia  
d) Ceuta e Melilha  
e) Samoa, Guam, Marianas, Ilhas Virgens e Porto Rico

- f) Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Reunião, S. Pedro e Miquelon, Polinésia Francesa, Mayotte, Nova Caledónia, Wallis e Futuna  
g) Ilhas Cook e Tokelau, Ilhas Nive  
h) Anguilla, Bermudas, Ilhas Virgens, Cayman, Falkland, Pitcairn, Monserrat, Sta. Helena, Ascensão, Tristão da Cunha, Turks e Caicos



## GESTÃO, LIDERANÇA E INOVAÇÃO NO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

O livro “Gestão, Liderança e Inovação no Setor da Economia Social” surge na sequência do programa de Liderança Social para Gestores da Nova SBE, destinado a capacitar executivos para atuarem como Conselheiros em entidades sociais.

A obra reúne perspetivas de especialistas académicos e líderes do setor

social para discutir como a gestão pode impulsionar a economia social, cobrindo tópicos como desafios atuais, liderança, governança e práticas de gestão. Cada capítulo conta com a colaboração de um académico e um líder social, visa a troca de conhecimentos entre setores para promover organizações sociais mais eficazes e impactantes.

Autores: **Rita Diniz e Miguel Pina e Cunha** | Editora: **Edições Sílabo** | Ano: **janeiro de 2024** | Nº de páginas: **240 pp.**  
| Preço: **18,50€**



## NEGÓCIOS INTERNACIONAIS: AMBIENTE E COMPETIÇÃO NOS MERCADOS GLOBAIS

Num mundo globalizado, as empresas procuram alargar os seus negócios aos mercados internacionais, seja para vender ou produzir seus produtos. Contudo, ser competitivo no cenário internacional apresenta desafios, como incertezas, pandemias, conflitos, movimentos nacionalistas, protecionismo, flutuações económicas e diversidades nos sistemas legais e políticos. Entender esses elementos é crucial para desenvolver estratégias eficazes no mercado global.

“Negócios Internacionais: Ambiente e competição nos mercados globais”

aborda os desafios do comércio internacional, destacando a importância de analisar fatores externos – económicos, políticos, culturais e demográficos – e como influenciam as estratégias empresariais, visando minimizar falhas e potencializar o sucesso.

Através de uma metodologia pedagógica acessível e prática, este livro prepara os leitores para liderar processos de internacionalização, beneficiando empresas que estão a dar seus primeiros passos ou as mais experientes que procuram aprofundar a sua presença em mercados internacionais.

Autores: **Manuel Portugal Ferreira e Nuno Rosa Reis** | Editora: **Edições Sílabo** | Ano: **janeiro de 2024** | Nº de páginas: **428 pp.**  
| Preço: **29,80€**

# AICEP

# ONE-STOP SHOP



## **APOIO À DECISÃO**

Disponibilização de informação de apoio à decisão de investimento e identificação de parceiros



## **PROGRAMA DE VISITAS**

Organização de programa de reuniões em Portugal



## **INSTALAÇÃO**

Apoio ao processo de instalação



## **ACOMPANHAMENTO**

Abordagem de proximidade no apoio ao desenvolvimento do seu negócio

